

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**



Michelle da Silva Xistra

**Serviço Social: Cotidiano e Processo de
Formação**

**RIO DE JANEIRO
2017**

Michelle da Silva Xistra

Serviço Social: Cotidiano e Processo de Formação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Marilene Aparecida Coelho.

RIO DE JANEIRO
2017

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

Michelle da Silva Xistra

Monografia apresentada em: ___/___/_____.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Marilene Aparecida Coelho.

1^a Examinadora Prof.^a Dr.^a Luana de Souza Siqueira

2^a Examinadora Prof.^a Dr.^a Gláucia Lelis Alves

*A Solange e Maria, mãe e avó,
Mulheres da minha vida!*

Agradecimentos:

Agradeço a todas às mulheres que lutaram, e lutam, para que hoje eu esteja me graduando em uma Universidade Pública.

Agradeço a minha mãe Solange, que não poupou esforços para que eu tivesse condições de ser a primeira de minha família a me graduar em uma Universidade Pública, e a minha avó Maria, que sofreu as mais variadas violências impostas às mulheres pobres, e que tem a sabedoria que diploma algum é capaz de representar. Vocês são as Mulheres mais incríveis e admiráveis que conheço!

Agradeço minha orientadora Marilene Coelho, pelo conhecimento que me proporcionou, por tudo o que fez por mim ao longo da graduação em que foi minha professora em três disciplinas e por ter respeitado minha autonomia intelectual.

Agradeço a Luana Siqueira que além de ter aceitado fazer parte de minha banca, foi minha supervisora acadêmica nas disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional I, II e III, em que amadureci meu horizonte teórico.

Agradeço a Glaucia Lelis, que sempre me deu dicas de leituras e que aceitou prontamente fazer parte de minha banca.

Sei que não conseguirei ser justa e agradecer a todos/as, mas neste ciclo da graduação que se encerra, preciso destacar ainda Marildo Menegat, cujas aulas e a experiência de monitoria me proporcionaram momentos inefáveis. Agradeço ainda a José Rodolfo, por ter sido meu supervisor de campo nos 4 níveis de estágio, numa supervisão profícua e respeitosa.

Agradeço a Fátima Valéria por ter sido minha professora e coordenadora nos projetos de extensão, em que pude apreender sobre alguns dos inúmeros entraves do cotidiano de quem trabalha na política de Assistência Social.

Agradeço a Dayane Reis e Antonio Andrade por terem contribuído com apoio, amizade e carinho nessa caminhada árdua do meu processo de formação.

Agradeço meus irmãos Rodrigo Lucas e Bruno Xistra, por serem pessoas importantes em minha trajetória.

Agradeço ao meu cachorrinho Jack, por ter entrado em minha vida e me ensinado a amar sem limites e sem esperar nada em troca.

Agradeço Iemanjá, força e luz da ancestralidade feminina, a Deusa que escolhi reverenciar e viver minha fé independente de qualquer religião.

“Quando o extraordinário se torna cotidiano, é a revolução”

Che Guevara

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetiva estudar a categoria cotidiano como uma esfera insuprimível e ineliminável do ser social e a importância do conhecimento sobre esta categoria na formação profissional do assistente social. Para tal proporcionamos uma análise histórico-crítica acerca da construção do ser social, dos fundamentos da vida cotidiana, das características particulares do desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira, de como o Serviço Social se consolidou como profissão em meio a esse processo histórico e como a categoria cotidiano comparece no processo de formação do assistente social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), segundo o projeto pedagógico da mesma. Foram desenvolvidos estudo bibliográfico e pesquisa documental. A pesquisa documental teve como fonte as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) 1996, Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social (ESS/UFRJ) 2008 e a Política Nacional de Estágio (PNE/ABEPSS) 2010.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 09 |
| Capítulo 1 : O Cotidiano, uma esfera ineliminável do Ser Social | 11 |
| 1.1 - Cotidiano, Trabalho e o Ser Social | 13 |
| 1.2 - Os Fundamentos da Vida Cotidiana | 20 |
| 1.3- Capitalismo no Brasil e Cotidiano | 25 |
| Capítulo 2 - Uma síntese da trajetória do Serviço Social no Brasil e a formação profissional do/a Assistente Social na contemporaneidade | 32 |
| 2.1 - Uma breve trajetória do Serviço Social Brasileiro e seu Projeto Ético-Político | 32 |
| 2.2 - Formação profissional do/a assistente social e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) 1996 | 37 |
| Capítulo 3 – A Categoria Cotidiano no Processo de Formação do Assistente Social na Escola de Serviço Social ESS/UFRJ | 47 |
| 3.1 - O Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRJ | 47 |
| 3.2 - O Estágio na grade curricular da ESS/UFRJ e o Cotidiano | 57 |
| 3.3 O Trabalho de Conclusão de Curso e o desafio cotidiano no processo de formação profissional do/a Assistente Social | 64 |
| Considerações Finais | 69 |
| Referências Bibliográficas | 72 |
| Anexo | 75 |

Serviço Social: Cotidiano e Processo de Formação

Todo começo é difícil em qualquer ciência. (MARX, 2014, p.15)

Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo estudar o cotidiano e suas determinações fundamentais.

Objetivamos ainda trazer elementos que possam fomentar uma análise crítica, que relacione a categoria cotidiano no Processo de Formação do/a Assistente Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Para tal elaboraremos um estudo bibliográfico com pesquisa documental para compreender, de forma aproximativa, a intensa fluidez de ações complexas que produzimos e reproduzimos ao longo de nossas vidas.

O cotidiano tem se mostrado ao longo do tempo, como esfera do ser social essencial para a compreensão da vida do homem e sua história. Meu interesse pelo tema surgiu antes de tornar-me estagiária da Coordenação de Estágio e Extensão (CEE) da ESS/UFRJ, porém o amadurecimento dessa escolha deu-se em meio a esse processo pedagógico, em que a apreensão dessa categoria tornou-se indispensável.

A necessidade de superação da ideia de vida estática, ou de um 'dia a dia' meramente repetitivo, é fundamental para a compreensão da realidade diante de teorias abstratas e propagadas pelo obscurantismo contemporâneo, que ignora a dinâmica da realidade histórica e dialética.

Pensar que “todo dia ela faz tudo sempre igual”, tal qual Chico Buarque descreve em sua música, não é o bastante e, seguramente, isso traz certa inquietação, e através desta inquietação, inclinei-me a estudar a categoria cotidiano, tarefa árdua e instigante.

Se nos pusermos a pensar, ainda que introdutoriamente, acerca do cotidiano e no quanto ele pode nos “sufocar” em uma repetição automatizada do que fazemos ao acordar, tomar banho, nos alimentar, trabalhar e tudo mais que realizamos objetivamente até o momento de adormecer, estaremos diante de uma reflexão apenas sobre a aparência, o superficial, o imediato, é necessário ir adiante e conhecer sua essência!

O conteúdo do presente estudo encontra-se organizado em três capítulos.

No capítulo I, a Categoria Cotidiano será tratada com base na literatura produzida pelo Serviço Social, assim como os autores e autoras que a alicerçaram, sobretudo “Cotidiano: conhecimento e crítica” de Netto e Carvalho (2012) e “O Cotidiano e a História” de Heller (1970).

O processo de formação será apresentado e analisado nos capítulos II e III.

No capítulo II faremos um apanhado sobre a história do Serviço Social no Brasil bem como seu Projeto Ético-Político, ambos base para as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) 1996, para tal feito teremos como eixo as obras “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (2011a) e “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64” (2011b) ambas de Netto.

No capítulo III analisaremos Projeto Político Pedagógico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) 2008, o Estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e seu horizonte no cotidiano do processo de formação do assistente social.

O Processo de Formação será trabalhado com base no Projeto Ético-Político do Serviço Social, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), no Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ, 2008), na Política Nacional de Estágio (PNE/2010) e na literatura produzida pelos/as autores/as do Serviço Social.

Utilizaremos o método histórico e dialético de Karl Marx para fomentar o entendimento de que a aparência é parte constituinte da realidade concreta, mas não a totalidade, deste modo, é imperativo debruçar-nos sobre os estudos críticos e filosóficos para vislumbrar a essência do cotidiano e suscitar uma análise sobre o processo de formação diante da alienação derivada do modo de produção capitalista.

Capítulo I: O Cotidiano, uma esfera ineliminável do Ser Social

Cotidiano

“Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã

Todo dia ela diz que é pra eu me cuidar
E essas coisas que diz toda mulher
Diz que está me esperando pro jantar
E me beija com a boca de café

Todo dia eu só penso em poder parar
Meio dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão

Seis da tarde como era de se esperar
Ela pega e me espera no portão
Diz que está muito louca pra beijar
E me beija com a boca de paixão

Toda noite ela diz pra eu não me afastar
Meia-noite ela jura eterno amor
E me aperta pra eu quase sufocar
E me morde com a boca de pavor

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã.”

Chico Buarque - 1971

O cotidiano é uma esfera do ser social e sua existência é ineliminável e insuprimível, mas isso não quer dizer que estejamos fadados a uma singela repetição de tudo que fazemos diariamente.

Se a vida cotidiana é insuprimível, pois todos os homens a vivem, e ineliminável, porque é parte constitutiva e constituinte do todo, das relações de reprodução do ser social, ela não pode, contudo, ser tomada como todo o movimento do real. A vida cotidiana, em sua heterogeneidade e imediata fluidez, oculta as múltiplas relações entre particularidade e universalidade, mas possibilita, também, revelá-las. (COELHO, 2013, p 79)

Quando se trata de ‘cotidiano’, a análise precisa ser, ainda que minimamente, desmistificada, ela precisa ir para além da aparência, ela precisa desvelar as ações do indivíduo em sua particularidade e universalidade.

Chico Buarque, em sua linda canção “Cotidiano”, nos apresenta um personagem masculino que ignora as múltiplas determinações da vida cotidiana, e reduz o “dia a dia” da personagem feminina, como se seu viver, se restringisse ao dele. Faz-nos crer que Chico, como autor da letra, denuncia em seus versos a visão imediatista e machista do personagem, que se coloca como centro da vida de sua companheira.

O personagem não entendeu que ela não faz tudo sempre igual e, por ter se dedicado a observação apenas da aparência do fenômeno, negligenciou a essência, e assim ignorou importantes elementos constitutivos do real que iremos abordar neste capítulo.

O cotidiano está associado com a rotina, a repetição de gestos e tarefas. A repetição conduz ao automatismo e à mecanização das ações e dos hábitos. A complexidade da civilização submete o homem e o leva a automatizar rotinas e atividades do cotidiano e de outras esferas, como a objetivação estranhada no trabalho. A vinculação, de forma restritiva, da vida cotidiana com a repetição de atividades e tarefas pode conduzir à interpretação de que os gestos se sobrepõem à consciência. (COELHO, 2013, p. 76)

Afirmar que todos os dias são iguais e que nada de real pode ser feito para mudar, é uma visão fatalista do mundo, forjada em resignação e conformismo. Esse é um dos riscos do “olhar”, o “olhar” pode ser desatento, perceber não é conhecer.

A aparência é parte constitutiva do real, é produto da experiência sensível, para se conhecer o objeto, - e no caso da música e deste estudo monográfico, o objeto é o cotidiano-, é necessário extrair suas características constitutivas, ou seja, sua aparência e sua essência.

A realidade está em constante movimento, é através da apreensão da realidade que os homens objetivam ações para satisfazer suas necessidades. Esse movimento pode romper o *status quo* e construir, através da práxis transformadora, um futuro de superações e rupturas de (des)valores historicamente construídos sob a ótica conservadora e moralizadora das relações sociais.

1.1- Cotidiano, Trabalho e o Ser Social

... os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX, 2009, p.40-41)

Para apreendermos o cotidiano, é necessário contextualizar a ação do homem ao longo de sua história.

Não pretendemos esgotar as etapas da história humana nessa monografia, tampouco relatar em minúcias a evolução do homem primitivo, porém, é imprescindível explicitar, ainda que sumariamente, a categoria trabalho, o salto ontológico do homem engendrado pela Revolução Neolítica (descoberta da semente/pecuária) e a construção do ser social.

Neste tópico trataremos do trabalho como “a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens.” (LESSA, 2012, p. 25). Para Marx e Engels, escreve Lessa (2012, p. 26) o trabalho

é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de socialidade.

O trabalho é uma atividade teleológica, por conseguinte, é uma a intervenção exclusivamente humana. Sua materialidade consiste na ação do homem em transformar a natureza e transformar a si mesmo.

.... todo ato de trabalho, sempre voltado para o entendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mais se estendem por toda a história da humanidade. (LESSA, 1999, p.4)

Para exemplificar, recorreremos ao homem primitivo e suas ações objetivadas, decorrentes do processo de construção do machado.

Quando o homem primitivo construiu o machado, ele supriu uma necessidade, ele precisava de uma ferramenta que o permitisse transformar a natureza, sendo ela - a ferramenta - em si a um aglutinado de natureza somado à ação humana.

Diante da necessidade de se construir o machado, em seguida, o homem teve que se por a pensar, utilizar a sua capacidade humana de raciocinar, para então realizar sua confecção .

Esta antecipação na consciência do resultado provável de cada alternativa possibilita às pessoas escolherem aquela que avaliam como a melhor. Escolha feita, o indivíduo leva-a à prática - ou seja, objetiva a alternativa escolhida. (LESSA, 1999, p.2)

Importante pontuarmos aqui que, a relação entre sujeito e objeto, se dá pelo movimento composto pela: necessidade, idealização e objetivação. O resultado daquilo que se pensou em realizar pode não ser fiel ao que se pensava inicialmente.

O resultado do processo de trabalho é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma *nova situação*, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada), como também o indivíduo já não é mais o mesmo, pois ele aprendeu algo ao fazer aquele machado. Quando ele for fazer o próximo machado, ele saberá utilizar a experiência e a habilidade adquiridas na construção do machado anterior. Ele poderá também incorporar ao novo machado a experiência de uso do machado antigo (por exemplo, um cabo feito com uma madeira é pior do que feito com aquela outra, esta pedra é melhor que aquela outra, etc.). (LESSA, 1999, p. 2)

Ao construir o primeiro machado na pré-história o homem aprimorou as habilidades de suas mãos e transformou a natureza. Hoje essa transformação pode parecer pequena diante de tudo que a humanidade produziu ao longo dos séculos, contudo, o homem ao construir o machado de pedra, pôde conhecer mais profundamente a natureza constitutiva do machado.

Em outras palavras, o homem pode conhecer as particularidades elementares da madeira e da pedra, isso possibilitou não só a criação do machado como

ferramenta de trabalho, mas também um conhecimento mais minucioso em relação a esses elementos. A descoberta que as “pedras negras são mais duras que as pedras vermelhas significa um conhecimento maior do reino mineral e pode servir, em outras circunstâncias, para construir uma casa de pedra...” diz Lessa, (1999. p.4). Assim,

O machado é uma transformação de um pedaço da natureza. A madeira e a pedra do machado continuam pedra e madeira. O machado é a pedra e a madeira organizadas segundo uma determinada forma - e esta forma só pode existir como resultado de trabalho. O trabalho, portanto, não implica no desaparecimento da natureza, mas sua transformação no sentido desejado pelos homens (LESSA, 1999, p.3)

Segundo Childe (1965, p.25), “as divisões arqueológicas do período pré-histórico, nas Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro, não são totalmente arbitrárias”. Isso significa dizer que, o machado de pedra foi inventado na Idade da Pedra, sua elaboração não necessitava de grandes técnicas e bastava um indivíduo para elaborá-lo, enquanto outros indivíduos se punham a realizar outras tarefas elementares a sua sobrevivência.

O machado de bronze necessitava de técnicas mais avançadas e do trabalho coletivo, especializado e articulado. Temos diante de nós a explicitação da divisão social e técnica do trabalho ainda na pré-história e o início de uma sociabilidade mais articulada e, portanto, mais complexa.

A fusão do bronze é um processo demasiado difícil para ser realizado por uma pessoa no intervalo do plantio, da caça ou do cuidado com as crianças. É tarefa de especialista, e esses especialistas devem valer-se, para o atendimento das necessidades primárias como alimentação, de um excedente produzido por outros especialistas. O cobre e o estanho de que era feito o machado de bronze são comparativamente raros e dificilmente ocorrem juntos. Um ou os dois componentes tinham, sem dúvida, de ser importados; tal importação só é possível com a existência de alguma comunicação e comércio, e de um excedente de algum produto local para ser trocado pelos metais. (CHILDE, 1965, p 25)

No caminho articulado entre a necessidade, idealização e objetivação, o homem explorou seu conhecimento a partir das casualidades postas, frutos de suas ações, e a elas foi demandado o desenvolvimento do raciocínio inicial, somado às

heterogêneas ações da vida cotidiana, que examinaremos pormenorizado no próximo tópico deste capítulo. Contudo, é possível reconhecer que, a história é a lenta transformação da natureza através do trabalho e da sociabilidade, e o desenvolvimento das forças produtivas é um propulsor dessa transformação.

Com justa razão se pode definir o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como resposta que procura solucionar o carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que, paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente, ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, bem como na medida em que, na sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com estas mediações, frequentemente bastante articuladas. (LUKÁCS, 2007, p. 3 - 4)

Para produção e reprodução da vida é necessário que os seres humanos se relacionem. "O trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos". (NETTO; BRAZ, 2009, p. 34).

Através do domínio do fogo, da descoberta da semente e da domesticação dos animais, o homem criou condições específicas para a sua fixação, assim foi realizada sua transição de nômade para sedentário ao longo de milhares de anos.

O consumo de carne na alimentação significou dois novos avanços de importância decisiva: o uso do fogo e a domesticação dos animais. O primeiro reduziu ainda mais o processo da digestão, já que permitia levar comida à boca como se disséssemos, meio digerida; o segundo multiplicou as reservas de carne, pois agora, ao lado da caça, proporcionava uma nova fonte para obtê-la de forma mais regular. (ANTUNES, 2004, p.24)

O conhecimento sobre a semente e a criação de instrumentos através do trabalho, proporcionaram ao homem plantar seus alimentos, armazená-los e trocá-los. A pecuária, por sua vez, desenvolveu-se através do domínio do fogo, assim o homem percebeu que levando a carne do animal abatido ao fogo, favorecia o ato de mastigar, e desse modo passou a criar animais para subsistência. Segundo Childe (1966), os dois passos (agricultura e pecuária) estão intimamente relacionados.

A primeira revolução que transformou a economia humana deu ao homem o controle sobre o abastecimento de sua alimentação. O homem começou a plantar, cultivar e aperfeiçoar, pela seleção, as ervas, raízes e árvores comestíveis. E conseguiu domesticar e colocar sob sua dependência certas espécies de animais, em troca do alimento, da proteção e da previsão que podia oferecer. (CHILDE, 1966, p.77)

Assim desenvolveu-se a agricultura e pecuária, todavia nada disso o homem realizou de forma solitária, para essas atividades foi necessário um número maior de pessoas com objetivos em comum e não apenas um indivíduo.

Esse agrupamento de pessoas se dividia para realizar as atividades, com a convivência cada vez mais constante, o homem passou a ter a necessidade de ampliar sua comunicação, desse modo, a linguagem rudimentar desenvolveu-se na cotidianidade fomentando a ampliação dos gestos e da fala primitiva, ou segundo Antunes (2004) “sons articulados” ou “palavras articuladas” que enriqueciam a linguagem.

Os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro. (ANTUNES, 2004, p. 18)

Em face dessa rude síntese, elaborada nos parágrafos anteriores, verificamos que com o trabalho nasce o Ser Social. Por meio do trabalho, o homem, tal como Marx dizia, na medida em que transforma a natureza, se transforma.

"... o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**. Em poucas palavras, *estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal.*" (NETTO; BRAZ, 2009, p. 34)

Existem 3 tipos de seres na natureza, o inorgânico, o orgânico e o Ser Social.

Para exemplificar o ser inorgânico usaremos o reino mineral, sua natureza tem certa complexidade, afinal muitos minerais são matérias-primas para a

transformação em outra/s matéria/s. Todavia, sua transformação se dá por meio de ações externas realizadas pelo homem ou pelas condições climáticas - que na maioria das vezes são resultados da intervenção do homem -, nunca através de suas próprias ações isoladas, já que o reino mineral é também inanimado.

A água, o petróleo, o carvão e o solo, para servirem de ilustração, são seres constituintes do reino mineral. Não são dotados de razão, não possuem a capacidade de reprodução biológica e muito menos social.

O petróleo é o mineral mais comercializado na contemporaneidade, pois seu valor econômico tem sido central no capitalismo maduro, sua transformação se dá pela intervenção do homem na proporção que o desenvolvimento das forças produtivas demandou, e ainda demanda, muitos de seus derivados como; borracha, plástico, cosméticos, combustíveis, tecidos sintéticos, conservantes, pesticidas, agrotóxicos e etc.

Não é exagero dizer que na sociedade moderna respiramos, comemos e vestimos petróleo, o que expressa uma lamentável realidade, já que se trata de um recurso natural não renovável e altamente poluente.

O ser orgânico além de ter a capacidade de se reproduzir (aqui no sentido biológico), é constituído de uma maior complexidade quando comparado ao ser inorgânico. É nele que os animais e os vegetais se enquadram, embora existam entre si substanciais diferenças e classificações.

Se tomarmos como exemplo os animais, cuja característica orgânica é composta por um emaranhado de células, tecidos e órgãos, e nos apropriarmos de uma grosseira separação entre seus seres constituintes - homens e outros animais - podemos destacar a principal diferença entre eles, que é a razão, capacidade exclusivamente humana, conforme afirmamos anteriormente.

Talvez surpreenda o fato de que seja atribuído à consciência um papel tão decisivo, precisamente na passagem em que buscamos traçar a diferença entre o ser da natureza orgânica e o ser social. Mas não se deve esquecer que os complexos problemáticos aqui emergentes (cujo tipo mais alto é o da liberdade e da necessidade) só conseguem adquirir um verdadeiro sentido quando se atribui – e precisamente no plano ontológico – um papel ativo à consciência. (LUKÁCS, 2007, p. 3)

Os homens não só se reproduzem biologicamente, mas raciocinam, - o que lhes permite se reproduzirem socialmente-, e essa racionalidade o proporciona escolher conscientemente entre alternativas concretas, inclusive de, na modernidade, não reproduzirem-se biologicamente, ainda que isso esbarre em legislações reacionárias.

A razão possibilita aos seres humanos utilizarem-se dos seres inorgânicos e transformá-los.

O homem se torna homem através da práxis. O processo de sociabilidade humana é o homem como protagonista de todo o processo histórico.

“A história é a *substância* da sociedade. A sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social. Mas essa substância não pode ser o *indivíduo humano*, já que esse - embora a individualidade seja a totalidade de suas relações sociais - não pode jamais conter a infinitude extensiva das relações sociais.” (HELLER, 1970, p. 2)

O Ser Social encontra-se em construção e tornar-se cada vez mais complexo. O processo de evolução da espécie humana se deu na cotidianidade e em suas suspensões.

A convivência do homem em sociedade, até as mais primitivas, criou a necessidade de regras, valores, hábitos, comportamentos que são transferidos de geração em geração através da moral.

A moral é parte fundamental da vida cotidiana, pois a reprodução de normas depende do espontaneísmo e da repetição para que elas se tornem hábitos e se transformem em costumes que respondam às necessidades de integração social. (BARROCO, 2010a, p. 44)

A moral surge a partir da natureza prática no cotidiano e, tal como ele, a moral é também atravessada pela história, sendo assim, é possível afirmar que, a moral é produto da sociabilidade humana. Contudo, a moralidade não nasce com a pessoa, a pessoa se torna sujeito conhecedor de uma dada moralidade já existente, mas que pode ser transformada ao longo do tempo, e para que essa transformação seja consolidada, há que se questionar o *status quo* e romper com o ranço do

conservadorismo latente e das práticas reacionárias cada vez mais presentes no cenário mundial.

A teoria positivista se utilizou da moral para conduzir e coibir as ações do homem em sociedade, para isso teve como base o aporte teórico comteano e durkheimiano, ainda hoje não superado, que deixa seu lastro de culpabilização do sujeito. Estas matrizes teóricas corroboram com preconceitos, criminalização da pobreza e a ideia tão difundida na contemporaneidade de reinserção, ajustamento do indivíduo e culpabilização por sua miséria, além de sua responsabilização pela barbárie desumanizadora da sociedade moderna.

1.2 – Os Fundamentos da Vida Cotidiana

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social.
(HELLER, 1970, P. 20)

“Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana.” (NETTO, 2012, p. 67). Dito isso, é possível afirmar que o cotidiano faz parte de uma totalidade que compreende outras esferas como: a política, a cultural, a individual, a genérica, a familiar, a laboral, a sexual Conforme Heller (1970, p.18): “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”.

A fragmentação dessas esferas é um tema a ser problematizado, uma vez que, todas são esferas constitutivas da vida do sujeito, sua fragmentação é um processo crescente que o reparte em frações de si mesmo, não permitindo que ele se reconheça em sua totalidade.

O homem na cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade. (HELLER, 1970, p. 17)

Para analisar o Cotidiano é necessário parar, respirar e começar a se apropriar do conhecimento ontológico de tais determinações complexas aliadas às relações sociais, só assim será possível desvendar práticas alienantes e enxergar as correntes que nos prendem a esse sistema desumanizador que é o capitalismo.

O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. (HELLER, 1970, p. 18)

São partes orgânicas e, portanto, fundamentais da vida cotidiana; a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva. (NETTO, 2012, p. 67- 68)

É no cotidiano que somos lançados em uma realidade complexa que nos exige respostas imediatas para diferentes necessidades. Essas respostas são muitas vezes dadas de forma automatizada, quase mecânica, mas é importante salientar que, mesmo quando fazemos uma atividade que julgamos banal, como dirigir, por exemplo, nos é demandado um complexo aparato que aglutina diversos conhecimentos que adquirimos ao longo da vida.

Ao dirigir usamos a física e a matemática quando calculamos, por exemplo, a velocidade média de um percurso, para tal estimulamos nosso cérebro a relacionar velocidade média, espaço e tempo, mesmo sem utilizar expressamente a fórmula $V_m = \Delta S / \Delta T$. Outro exemplo, ainda sobre dirigir, é quando temos diante de nós um perigo iminente, calculamos a intensidade que temos que pisar no freio sem que o veículo rode, sendo assim, o que parece ser uma atitude automatizada, é na verdade um composto de múltiplas determinações que demandam conhecimento prévio.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. (HELLER, 1970, p. 17)

O cotidiano exige respostas espontâneas, “o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre pensamento e ação” (NETTO, 2012,

p. 68). O espontaneísmo tem a ver com o resultado e não com o processo, é a imediatividade em sua objetivação.

A vida cotidiana, permeada pela heterogeneidade e pela imediatividade, é o locus por excelência da reprodução das relações sociais cada vez mais reificadas na ordem social do capital. No contexto das relações de produção capitalista, legitimadas por um pensamento correspondente, cria-se a ilusão de um mundo orquestrado por uma relação entre coisas, naturalizando essas relações por mecanismos ideológicos, e, ao mesmo tempo, manipulando o processo de individualização e a organização de toda a sociedade. Nestas condições, prevalece a dimensão da vida cotidiana de forma imediata. O homem, como indivíduo, perde a sua autonomia na organização de sua vida cotidiana e, como ser genérico, não se percebe como produtor das relações sociais que o aniquilam. (COELHO, 2013, p. 83)

O Homem nasce em uma sociedade forjada em valores, esses valores são historicamente construídos de acordo com nossas escolhas conscientes objetivadas no cotidiano.

No que se refere a valores, o perigo advém daqueles que representam a perpetuação da sociedade burguesa, esses podem ser considerados “(des)valores”, pois não trazem nada de emancipatório e servem para naturalizar as expressões da “questão social”, sob uma névoa de resignação, acriticismo e criminalização da pobreza fortemente influenciados pelo pensamento positivista de Comte, Durkheim e de teorias pós modernas que servem como uma nova face ao velho conservadorismo, o obscurantismo contemporâneo.

O indivíduo nasce em uma sociedade que já conta com um sistema normativo e com costumes instituídos; através das instituições básicas responsáveis por sua socialização primária, como a família e a escola, ele aprende a assimilar uma série de comportamentos e valores que passam a fazer parte de seu referencial moral e de seu *ethos* ou caráter; uma espécie de código moral que orienta suas escolhas e influencia seus julgamentos de valor. É claro que ele pode dizer não a determinados valores e normas. E, de fato, diz, embora isso dependa de uma série de circunstâncias, entre as quais está o conhecimento crítico capaz de desvelar esses mecanismos ideológicos, o que evidentemente não basta para mudar a estrutura moral da sociedade, mas pode mudar a relação que o indivíduo estabelece com ela. (BARROCO, 2010b, p.62)

Indivíduo é ao mesmo tempo ser singular e ser genérico. Os valores possibilitam que o ser singular se conecte ao ser genérico. Dito isso, é imperativo que entendamos o homem em sua singularidade e genericidade.

Segundo Heller (1970, p. 20) “O indivíduo é sempre, ser particular e ser genérico”, insistimos que, não há cisão entre particularidade e genericidade, trata-se de um movimento dialético em que certos momentos possibilitará, ainda que de forma incipiente, a superação dos processos de alienação que contribuem para o não reconhecimento do homem como partícipe do gênero humano. “Na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social” (CARVALHO, 2012, p.26). Segundo Heller (1970, p. 80)

Todo homem se encontra, enquanto ente particular-singular, numa relação *consciente* com seu ser humano-genérico, nessa relação, o humano-genérico é representado para o indivíduo como algo dado fora de si mesmo, em primeiro lugar através da comunidade e, posteriormente, também dos costumes e das exigências morais da sociedade em seu conjunto, das normas morais abstratas, etc. Em sua atividade social global, o homem está sempre “em movimento” entre sua particularidade e sua elevação ao genericamente humano; e é função da moral conservar esse movimento. O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, “socializa” sua particularidade.

Como somos pertencentes ao gênero humano, nossas atitudes não são originais a ponto de não ter traços de algo já realizado ou inventado, é possível afirmar sem receio, que imitamos atitudes já tomadas, objetivadas na realidade, a isso Heller (1970) chama de mimética.

Ao nos utilizarmos da mimética, não estamos recusando nossa individualidade, pelo contrário, estamos adicionando-a a algo que em outro tempo histórico já tenha sido objetivado.

Não há um conhecimento tão original a ponto de não conter traços precursores na história da humanidade, todo conhecimento adquirido foi fomentado por um conhecimento já existente e, portanto, real. Nenhuma sociedade vive sua

cotidianidade alheia à história e à realidade, sendo assim, “A história, portanto, é a substância da sociedade”. (HELLER, 1970, p. 12)

O cotidiano é o centro da história, é nele que desenvolvemos nossas potencialidades, é nele que objetivamos nossas necessidades, fazemos escolhas concretas, e por último, não menos importante, é nele que se cristalizam os processos de alienação e reificação.

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista sua repetição acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador. No campo da moral, a alienação da vida cotidiana se expressa, especialmente, pelo moralismo, movido por preconceitos. (BARROCO, 2010a, p. 46)

A ideia de um dia a dia banal, enfadonho e sem perspectivas de transformação corrobora com a perpetuação de valores conservadores, reacionários e pós modernos, que contribuem para uma visão fenomênica dos processos sociais, propondo “olhares” que se voltam somente para a aparência, negligenciando a análise sobre a essência de tais processos.

A aparência, conforme já afirmamos, é parte constitutiva da realidade, porém, uma análise não pode ser apegar somente à aparência, afinal, processos sociais são realizados pela humanidade, pelo ser social e, para desvendar o real é imperativo que entendamos sua essência, para tal, temos que desvelar os processos de alienação presentes na vida cotidiana.

Netto (2012, p. 70) aponta que, segundo Lukács, “há três formas privilegiadas de objetivação nas quais os procedimentos homogeneizadores superam a cotidianidade: o trabalho criador, a arte e a ciência”.

Quando suspendemos o cotidiano, nos conectamos à nossa genericidade, pois o trabalho criador, a arte e a ciência são constituídos da totalidade produzida pela humanidade ao longo da história, portanto ao regressarmos ao cotidiano, estaremos transformados, “a dialética cotidianidade/suspensão é a dialética da processualidade da constituição e do desenvolvimento do ser social. (NETTO, 2012, p. 71),

Esta suspensão da vida cotidiana não é fuga: é um circuito, porque se sai dela e se retorna a ela de forma modificada. À medida que estas suspensões se tornam frequentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida. (CARVALHO, 2012, p.27)

O conhecimento sobre a realidade nos proporciona processos em que nossa intervenção tem o potencial de transformá-la, negando práticas alienantes e isso não se restringe ao exercício profissional.

Nossa transformação como sujeitos incide diretamente sobre a coletividade, isso subsidia nosso conhecimento sobre os limites e potencialidades que temos sobre nossa liberdade.

No próximo tópico deste capítulo, trataremos de alguns aspectos da formação social brasileira e suas determinações sobre o cotidiano.

1.3 – Capitalismo no Brasil e Cotidiano.

...sem deixar de ser o complexo através do qual a sociedade se reproduz materialmente, o ato de trabalho passa a ser também (mas não apenas) uma relação de poder entre os homens. E, quando isso ocorre, é imprescindível uma série de complexos sociais que serão os portadores práticos desse poder de alguns indivíduos sobre os outros. É por isso que surgem, se desenvolvem e se tornam cada vez mais importantes para a reprodução social, complexos como o Estado, a política, o direito, etc. (LESSA, 1999. p 5)

Apresentaremos um breve relato do contexto sócio-histórico de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil e suas particularidades, a fim de que possamos avançar no entendimento sobre a totalidade que envolve a estrutura sócio-econômica, os aspectos culturais e ontológicos da vida cotidiana.

Abordaremos abreviadamente três momentos da história brasileira: o fim do período escravocrata, a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e a contemporaneidade.

A abolição da escravatura, em maio de 1888, foi um prelúdio do fim do período colonial brasileiro, que resistiu até novembro de 1889. Era evidente o esgotamento do modo de produção pré-capitalista em terras brasileiras. Não havia mais espaço para a acumulação primitiva do capital.

O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. (IANNI, 1999, p. 88)

Comete um erro crasso quem acha que negros/as se submeteram a toda barbárie sofrida de maneira passiva, muitos foram os movimentos de resistência, quilombos e revoltas que a história eurocêntrica não nos permitiu conhecer em seus livros.

Com o fim da sociedade escravocrata, massas de negros e negras libertos/as foram “lançados à própria sorte”. A abolição deu início a um regime de trabalho livre e assalariado, porém as relações de trabalho que se estabeleceram ainda conservavam traços servis, ou seja, o/a trabalhador/a assalariado/a permanecia com um baixo padrão de vida e sem condição para a própria subsistência.

A abolição foi uma conquista. Porém, o fim da escravidão não resultou em melhores condições de vida para os/as trabalhadores/as negros/as. As expressões da “questão social” os/as recém libertos/as, sua desumanização persistia, porém seu senhor não era mais uma figura humana e sim o neonato capitalismo brasileiro.

A transição do Brasil Colônia para a República se deu de forma conservadora, ou seja, ela conservou o poder político do grande proprietário rural e manteve a exploração do trabalho baseada nos vínculos de dependência, coerção e subordinação do/a trabalhador/a.

O novo modo de produção implantado exigia mão de obra especializada, e os grandes proprietários preferiram importar mão de obra europeia, a investir na qualificação dos/as recém libertos/as.

A crescente massa de miseráveis composta por ex-escravos/as e seus/as descendentes, não conseguiam trabalho, assim ficavam a mercê do remorso dos cristãos/ãs e de suas “indulgências” pagas através da caridade. Para muitos só restou viver de saques e expropriações. Não obstante, hoje sentimos os reflexos desse processo, que se expandiu no século XX, período em que ocorreu uma

intensa industrialização e o surgimento do proletariado brasileiro como sujeito histórico. Por meio de suas lutas, os/as trabalhadores/as visibilizavam as desigualdades entre as classes sociais.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (IAMAMOTO, in Iamamoto e Carvalho, 2011, p.84)

Entre 1917 e 1919 houve grandes greves gerais contra a exploração e por melhores condições de trabalho. Esses protestos fizeram com que alguns setores dominantes começassem a reconhecer a “questão social” como uma realidade e temer a organização da classe trabalhadora.

Na segunda metade do século XX, a pobreza avançava na medida em que a produção de riqueza se acentuava, esse processo foi reforçado com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

O Estado brasileiro foi sendo pressionado a responder as demandas dos/as trabalhadores/as através de políticas sociais. O Estado como mediador entre o capital e o trabalho, teve que repensar suas intervenções com a finalidade de garantir certo “controle” sobre a classe trabalhadora e evitar uma revolução diante da “ameaça comunista”.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada (NETTO, 2011a, p.30).

No início da década de 1960 houve um amplo desenvolvimento político do proletariado urbano e rural. A industrialização intensa, a divisão social do trabalho, a urbanização acelerada a migração do campo para a cidade dentre outras, acirraram a luta de classes. Nesse período o proletariado brasileiro potencializou uma luta política consistente, organizada, consciente e ativa, que colocou em risco a hegemonia burguesa.

O Golpe de 1964 foi uma resposta à “ameaça comunista” que se cristalizava na organização da classe trabalhadora. Foi um golpe civil-militar financiado pelo capital internacional e pelos detentores do grande capital nacional, e que em sua busca por legitimidade, deu continuidade a ampliação da indústria brasileira e uma cobertura clientelista das políticas sociais, seguindo o seu cunho conservador, tecnocrata e antidemocrático.

A prosperidade do capital entra em crise no início dos anos 1970. Em 1973 a crise decreta o fim dos “anos dourados” do capitalismo mundial. Com taxas de lucros cada vez mais baixas, o capital precisou se atualizar e foi assim que ocorreram grandes mudanças na estrutura produtiva.

Estas mudanças no mundo do trabalho foram provocadas pela acumulação flexível, para alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, além de exigir do/a trabalhador/a tornar-se polivalente.

Na crise do “milagre”, que a partir daí só faria aprofundar-se, inscrevem-se as determinações que, pela mediação da resistência democrática e pela ação do movimento popular, desembocarão na crise do regime autocrático burguês. (NETTO, 2011b, p. 40)

A partir desse momento não foi mais possível ao Estado ditatorial consolidar sua hegemonia, pois a classe trabalhadora, mesmo acuada diante a repressão que sofria, protagonizou a luta contra este regime e, em 1974 a base da economia militar brasileira estava quebrada, o que fortaleceu ainda mais a luta dos/as trabalhadores/as que protagonizaram greves como a do ABC paulista, que entrou para a história e “incendiou” o movimento operário na luta contra a ditadura militar.

Segundo Berhing e Boschetti (2011), as políticas de tentativa de estabilização da economia, implementadas na década de 1980, não tiveram “fôlego” para reverter a crise desencadeada. Com a reestruturação produtiva as economias centrais do capitalismo se beneficiaram, como é comum, e os países de economia periférica foram os que mais sofreram, o que também não é novidade.

O Brasil chega ao fim da década de 1980 com índices de inflação chegando a 200%, com a ampliação das expressões da “questão social” e com um endividamento monumental resultando em uma crise profunda. O somatório deste

processo contribuiu para legitimar a luta dos/as trabalhadores/as pela retomada de um Estado democrático de direito.

O processo de redemocratização na década de 1980, não foi privado de correlações de forças na disputa por hegemonia. Os movimentos sociais ligados à esquerda disputaram com os segmentos conservadores e neoliberais. Sendo assim, a Constituição de 1988 é uma “colcha de retalhos” que, por um lado assegura os direitos sociais e por outro defende de modo ferrenho a manutenção da propriedade privada.

Com a introdução do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, há um aumento da miséria e, conseqüentemente, um agravamento das expressões da questão social, que foi, e ainda é oxigenada pelos processos de alienação resultantes da relação entre o trabalho coletivo e a apropriação privada do produto desse trabalho.

Basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado - quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. (NETTO; BRAZ, 2009, p.45)

Hoje no século XXI, diante da crise estrutural do capital, a favelização e marginalização da população predominantemente negra, é resultado do nefasto processo de consolidação do capitalismo no Brasil.

Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. (IANNI, 1999, p. 92)

Neste cenário, o cotidiano nos “sufoca”, pois hoje, toda nossa vida é voltada para o trabalho abstrato, vivemos em uma sociedade cujas relações sociais são mediadas pelo dinheiro.

O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é

o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. (LESSA, 2012, p. 28)

O direito à vida, descrito na Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 5º, é tão abstrato quanto os descritos no artigo 6º e demais artigos, pois desde seu nascimento, os direitos constitucionais sofrem com emendas que salvaguardam o capital, subtraindo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Esses direitos que usamos como exemplos são negados a maioria da população, sua consolidação requer um Estado com os interesses voltados às demandas dos/as trabalhadores/as. Entretanto a realidade brasileira se apresenta em um Estado que historicamente sede às demandas do capital, aos pobres resta-lhes a política de Assistência Social, que vem sendo cada vez mais desmontada, e que jamais se livrou de sua flagrante insuficiência e do ranço do assistencialismo.

Não há emprego para todas as pessoas, há um enorme contingente de força de trabalho que sequer serve para exército de reserva, são pessoas descartadas desse modo de produção e, se morrerem, de nada afetarão o sistema capitalista.

Isso é no mínimo aterrador, principalmente por ser real e não um roteiro de filme com tema armagedônico. Há poucas imagens mais aterradoras do que se deparar com uma pessoa comendo lixo, é a desumanização ferozmente ilustrada, horror!

Se, no estágio mais primitivo, o trabalho que converte a natureza nos bens necessários à reprodução social era realizado por todos e de forma bastante direta; nas sociedades mais desenvolvidas esta situação se transforma radicalmente. É assim que, nas sociedades divididas em classes (isto é, naquelas em que uma classe social explora o trabalho de outra), o trabalho apenas pode se realizar se houver um poder que obrigue os indivíduos a produzirem e entregarem o fruto do seu trabalho à outra classe. (LESSA, 1999, p. 5)

O capitalismo produziu relações de poder que não se limitou na exploração dos animais, foi ao passo da exploração do homem pelo homem e da crescente desumanização, que a produção e reprodução da vida social foi sendo vilipendiada cotidianamente pelo processo que consiste em: dinheiro que precisa se transformar em mais dinheiro, D-M-D'. “Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas. (HELLER, 1970, p.38)

É no contexto em que exploração e precarização do trabalho se intensificam, as políticas sociais sofrem com profundos ataques, e as expressões da “questão social” evidenciam a ruína insustentável desse modo de produção desumano, que traremos problematizações a respeito da categoria cotidiano no processo de formação do assistente social.

Capítulo 2 - Uma síntese da trajetória do Serviço Social no Brasil e a formação profissional do/a Assistente Social na contemporaneidade.

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. (IAMAMOTO, 2014, p.223)

O processo de formação de um indivíduo é amplo, e se materializa nas relações sociais construídas na cotidianidade e em suas suspensões. Não se trata estritamente da formação intelectual formal, e sim de um processo complexo em que o ser humano desenvolve suas potencialidades, reconhece seus limites e cria formas de superá-los.

Todavia, neste capítulo trataremos especificamente do processo de formação do/a Assistente Social na graduação, mas para isso, não podemos nos furtar de apresentar um resumo sobre o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil e a Construção de seu Projeto Ético-Político.

Objetivamos trazer elementos que possam subsidiar uma análise crítica acerca da profissão, sua trajetória na realidade brasileira, suas especificidades, seus avanços e seus limites.

2.1 - Uma breve trajetória do Serviço Social Brasileiro e seu Projeto Ético-Político.

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. (ABEPSS, 1996, p. 06)

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no marco do modo de produção capitalista.

A profissão emerge na transição do capitalismo concorrencial, período em que a “questão social” era tratada exclusivamente como caso de polícia, para o capitalismo monopolista, quando foi requerido um novo tratamento para a “questão social”, e ela passou a ser também caso de política e, portanto, com a necessidade de intervenção profissional especializada.

A dinâmica da sociedade capitalista e suas contradições determinaram o momento histórico do surgimento do Serviço Social e, para ilustrar um pouco a trajetória da profissão na conjuntura brasileira, dedicaremos algumas linhas para uma breve ilustração sobre suas transformações.

Nas décadas de 1930 e 1940, o Estado demandou aos/às assistentes sociais estratégias para disciplinar a força de trabalho através da moral e da coerção, com o objetivo de formar base para a criação de uma economia industrial nacionalista. Neste período o Serviço Social tinha como “aparato teórico” a doutrina social da Igreja Católica e sua intervenção “caia como uma luva” aos interesses do Estado em escamotear a exploração da classe trabalhadora utilizando-se de mecanismos de apelo populista.

Até 1950, a América Latina, constituída por países de economia periférica, era fornecedora de matérias-primas que potencializavam a produção industrial dos países centrais do capitalismo.

O movimento dos/as trabalhadores/as na América Latina e a Revolução Cubana ocorrida em 1959, influenciaram diretamente os/as jovens assistentes sociais - latino americanos/as - que passaram a criticar o arcabouço teórico tradicional até então hegemônico.

Diante desse questionamento nascia assim o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que contava com grupos diversos dos quais iremos destacar dois: Um que defendia a modernização do Serviço Social sem por em xeque a estrutura do modo de produção capitalista. E outro grupo que se baseava no pensamento crítico de Marx, defendia a ruptura com o Serviço Social tradicional e a eliminação do modo de produção vigente.

Com o golpe de 1964, o grupo que fazia críticas ao capitalismo munido, entre outras, da teoria marxista, passa a sofrer intensa repressão imposta pela ditadura

militar, entretanto, é nesse período que ocorre o Processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro, que se configura como a erosão do Serviço Social tradicional, trazendo elementos que promoviam sua interlocução com as ciências sociais, laicização, defesa do pluralismo político, ideológico e teórico.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrações da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011b, p.131)

Netto (2011b) nos apresenta três perspectivas partícipes desse processo de Renovação, são elas:

A perspectiva modernizadora, influenciada pelo pensamento positivista e pela razão instrumental, foi a perspectiva que melhor se adequou à época, já que não promovia críticas ao sistema capitalista, ao contrário, se colocava a serviço de seus interesses impelindo a modernização do Serviço Social, com o objetivo atender à intensa industrialização do período autocrático militar.

Essa perspectiva emerge no encontro de Porto Alegre em 1965, e tem como base os Documentos de Araxá e de Teresópolis.

A perspectiva Modernizadora não se esgota, naturalmente, nas concepções e proposições consagradas nesses dois documentos. Antes ela encontra impostações e matizes diversificadas em inúmeros trabalhos de profissionais e docentes cujas reflexões se desenvolvem entre a segunda metade dos anos sessenta e no final da década seguinte. (NETTO, 2011b, p. 165)

A perspectiva reatualização do conservadorismo baseia-se na fenomenologia. Elaborava sua crítica ao positivismo e ao marxismo. Essa perspectiva se configurou em uma nova roupagem do Serviço Social tradicional.

Efetivamente, na modalidade em que se realiza a invocação à fenomenologia, não há aqui nenhum corte com a tradição da nossa profissão: o recurso a matrizes teórico-metodológicas as apanha de segunda ou terceira mãos, dilui as suas especificidades e as

combina, seletivamente, a componentes heteróclitos.(NETTO, 2011b, p.215)

A perspectiva “intenção de ruptura” baseia-se no arcabouço teórico marxista, essa perspectiva tem a intenção de romper com o pensamento conservador e com seus paradigmas de intervenção social. Imbuída de contundente crítica ao modo de produção vigente, essa perspectiva trazia indagações que impulsionaram análises a respeito da sociedade e do significado da profissão nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, além de promover uma fecunda aproximação com os movimentos sociais.

As aspas são utilizadas, pois Netto (2011b) salienta que, jamais houve de fato uma ruptura com o Serviço Social Tradicional.

Há outro elemento que não podemos deixar de mencionar, é que inicialmente essa perspectiva encontrou dificuldades de operar em outros espaços que não a academia. Devido a forte repressão que ocorria na conjuntura histórica, foi no espaço universitário que ocorreu a interação intelectual entre assistentes sociais que se dedicavam à pesquisas e a interlocução com outras áreas do conhecimento.

Emergindo no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta (...), esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de oitenta, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais, que , inclusive pode oferecer ao observador desavisado a impressão (falsa) de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico. (NETTO, 2011b, p.247 - 248)

Foi necessário esse abreviado histórico sobre as transformações do Serviço Social brasileiro, para que pudéssemos avançar no entendimento sobre seu projeto ético-político e seu processo de formação.

O projeto ético-político do Serviço Social, hegemônico na atualidade, começou a ser construído a partir deste processo, preconizado pelas reivindicações dos/as profissionais que faziam coro às proposições colocadas pela perspectiva

“intenção de ruptura”. Nesse período, a articulação da categoria profissional com os movimentos sociais se fortalece no contexto de luta pela redemocratização.

Importante explicitar que, há correlações de forças que ameaçam a hegemonia deste projeto, em razão de existir um número significativo de assistentes sociais cuja prática cotidiana é pautada por teorias advindas do conservadorismo. Não obstante, tomamos ciência de intervenções que culpabilizam o usuário, moralizam as expressões “questão social” e negligenciam análises acerca da totalidade indo de encontro ao horizonte teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão.

O Código de Ética do Assistente Social de 1986 indicou a “ruptura” com as perspectivas e princípios dispostos nos códigos anteriores (1947, 1965, 1975), é nele que se encontra a identificação do Serviço Social, em sua vertente mais crítica, com os interesses da classe trabalhadora, o reconhecimento de sua dimensão política, o fim da ideia de neutralidade na intervenção profissional e a opção política pelos interesses da classe trabalhadora da qual é sujeito.

Seus limites são superados pelo Código de Ética de 1993, que avança no aspecto normativo, reforça o compromisso com a classe trabalhadora e se baseia em fundamentos construídos pela categoria profissional resultante de todo o acúmulo intelectual, crítico, propositivo e material.

Para servir de ilustração destacamos o 8º fundamento do Código de Ética de 1993: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993. p.3). Esse fundamento explicita o objetivo de contribuir para a construção coletiva de uma sociedade em que o trabalho resgatará sua ontologia social, onde não haverá espaço para a barbárie sofrida pela classe trabalhadora diante de sua pujante exploração.

O processo de formação do assistente social visa construir uma base teórica sólida que subsidie o trabalho profissional no sentido de uma qualificação crítica e propositiva.

Tal formação ocorre em consonância aos princípios e diretrizes que vigoram em seu Código de Ética profissional de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93).

O projeto de formação encontra-se legitimado e circunscrito nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1996), - que trataremos no próximo tópico deste capítulo -, bem como na Política Nacional de Estágio (PNE/ABEPSS).

2.2 –Formação profissional do/a assistente social e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) 1996

O projeto profissional afirma a defesa das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, propostas pelo conjunto das unidades de ensino articuladas pela ABEPSS e a qualificação necessária à sua implementação, de modo a assegurar a consonância do ensino universitário com o projeto profissional construído ao longo das últimas décadas. Implica em reafirmar, ainda, o respeito à autonomia e a presença política do movimento estudantil no Serviço Social, um dos espaços em que esse projeto é vitalizado. (IAMAMOTO, 2014, p. 225)

O processo de formação do/a assistente social tem como objetivo promover uma formação generalista que o/a proporcione investigar/intervir nas expressões da “questão social”, estabelecendo as mediações entre as tensões provocadas pela correlação de forças entre o capital e o trabalho, através das políticas sociais elaboradas em resposta às reivindicações da classe trabalhadora.

Segundo as Diretrizes Curriculares para o Curso: Serviço Social, elaborada por especialistas, (BRASIL/ MEC, 1999):

- A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

A “questão social” é “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO, in lamamoto e Carvalho, 2011, p.84). Sendo assim, ao assistente social não é demandado intervir somente em demandas postas, mas problematizar a sua raiz, apreender o movimento do real e instrumentalizar criticamente sua intervenção.

Para que sirvam de elucidação, destacamos alguns princípios que fundamentam a formação profissional segundo as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) 1996:

- 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
- 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, p. 06)

A aproximação do Serviço Social com a teoria social de Marx proporcionou um conhecimento axial acerca da totalidade, do reconhecimento da dimensão humana, do indivíduo como sujeito histórico, complexo, contraditório, envolto nas relações de produção e reprodução da vida social.

A apreensão sobre o movimento do capital - sustentado pela exploração do/a trabalhador/a através da extração da mais-valia, dos processos de alienação e reificação, que produzem desigualdade e derivam a pobreza -, instrumentaliza o/a estudante do curso de Serviço Social a estabelecer críticas ao modo de ser da sociedade capitalista. Esta crítica pode redundar em uma intervenção qualificada, com a potencialidade de recusar os traços do Serviço Social tradicional que

individualiza e psicologiza as expressões da questão social – objeto de sua intervenção.

Consoante a isso, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) 1996 apresentam o estágio como um componente importante na formação do/a assistente social, pois é neste momento que o/a discente vinculará o arcabouço teórico adquirido na academia à prática profissional cotidiana, entendendo a realidade como contraditória, a qual necessita de profissionais preparados/as para intervir politicamente contra essa forma de organização social que produz desigualdade.

O Serviço Social enquanto profissão deve primar pela qualidade acadêmica, pelo fortalecimento e junção da supervisão de campo e supervisão acadêmica, ambas aliadas ao embasamento teórico com a finalidade de respaldar a prática profissional, capacitando o/a estagiário/a em seu processo de formação.

Desde o início dos anos 1990, vem ocorrendo flagrantes mudanças na conjuntura histórica e política do Brasil, com a nefasta consolidação do neoliberalismo, o processo de trabalho passa por substantiva precarização, com graves impactos para a profissão, que vem sendo demandada a intervir nesse aspecto da realidade.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. (ABEPSS, 1996, p.5)

Conectada a este contexto sócio-histórico, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1996), trazem como parâmetros e princípios para a formação profissional:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p.7)

Uma das preocupações centrais do processo de formação do/a assistente social é o conhecimento sobre a realidade. A realidade é movimento e, por essa razão, é necessário estarmos atentos/as ao cotidiano, combatendo as concepções teórico-metodológicas que fragmentam os processos sociais. Tarefa nada fácil, mas que precisa ser reafirmada de maneira consistente.

Há uma falácia, de que “a teoria é uma coisa e a prática é outra”, isso está tão introjetado na sociedade moderna que, lamentavelmente, não é raro os/as formadores/as de opinião repetirem esta fábula, entorpecidos/as e seguros/as dessa “verdade absoluta”.

É salutar duvidar de todas as “verdades absolutas”, principalmente, mas não somente, das que são projetadas aos quatro cantos pela mais diversificada gama de “intelectuais” e “especialistas” contemporâneos/as. Eles/as estão por toda parte: na tv, no rádio, nos jornais, nas salas de aula, nas redes sociais, nos partidos políticos, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos blogs e em mesas de bar.

Esses/as adeptos/as da racionalidade abstrata afirmam que “há um distanciamento entre teoria e prática”, subtraindo assim, sem o menor pudor, a essência do processo que envolve o desenvolvimento humano e, por conseguinte, o conhecimento científico.

O saber e o executar são partes fundamentais e indissociáveis do processo de formação do ser humano. Não há cisão, e muito menos, a sobreposição de um ao outro.

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) de 1996, bem como outros documentos derivados de sua materialidade, como, por exemplo, a PNE/ABEPSS 2010, trazem como elementos cruciais ao processo de formação do/a assistente social a importância de oferecer ao/a estudante um sólido conhecimento teórico que fomente análises críticas à naturalização da realidade, em aceitar o que

está posto, e não sucumbir à resignação e o fatalismo que esvazia a prática cotidiana.

Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social. Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e a mediocridade profissional (IAMAMOTO, 1998, p.21 - 22)

O Serviço Social, enquanto profissão se propõe a relacionar o horizonte teórico metodológico, técnico-operativo e ético político. No que tange as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) de 1996, essas dimensões são tratadas em três Núcleos de Fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A articulação destes núcleos se dá através do processo pedagógico que visa reforçar a relação teoria e prática, a realidade brasileira e o desenvolvimento do capitalismo, corroborando com o tripé ensino, pesquisa e extensão.

1 - Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;

Este núcleo é responsável por trazer a apreensão sobre o ser social considerando sua totalidade e complexidade, assim como os elementos de sua constituição histórica, que serão pormenorizados nos outros dois núcleos.

As disciplinas que compõem este Núcleo tratam de conteúdos vinculados à sociabilidade, aos valores, ao trabalho como categoria ontológica, ao desenvolvimento das forças produtivas, o esgotamento dos modos de produção, as especificidades da sociedade moderna, o Estado como mediador das tensões que envolvem as relações de produção e reprodução, exploração de uma classe pela outra, os processos de alienação e reificação, dentre outros. Este núcleo:

Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. (ABEPSS, 1996, p.10)

É o núcleo que oferece elementos que têm o potencial de superar as análises pautadas somente na aparência, que insistem em negligenciar a essência dos processos sociais e seus respectivos rebatimentos sobre o indivíduo.

Este núcleo retrata o movimento do real, a importância do conhecimento crítico e das teorias clássicas que diferem entre si, mas que são essenciais para a compreensão da realidade.

2 - Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;

O Serviço Social como profissão se constitui no marco da sociedade capitalista, portanto é imprescindível que se conheça a trajetória histórica da sociedade brasileira diante do capitalismo mundial. Para tal, este núcleo aborda a “questão social” no Brasil, tendo como eixo as relações de produção e reprodução da vida material brasileira e de como sua estrutura social, econômica, política e cultural se portam ante as mudanças na base econômica mundial.

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p.11)

Neste núcleo são apresentados ainda conteúdos que abordam a relação de exploração entre as classes sociais, o surgimento do proletariado brasileiro como

sujeito histórico, as transformações do Estado brasileiro diante das mudanças decorrentes do contexto socioeconômico internacional, a correlação de forças entre os projetos políticos, as reivindicações da classe trabalhadora, o processo de redemocratização, a reestruturação produtiva e seus rebatimentos.

Não há como fazer uma análise responsável sobre a realidade sem a apreensão da conjuntura histórica atual e suas origens. A ausência do conhecimento acerca da história de um país resulta em uma intervenção meramente operacional, destituída de sentido, e sem o potencial interventivo instrumental de uma práxis transformadora.

3 - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Este núcleo propõe apreender e situar historicamente o Serviço Social como uma profissão, fruto da especialização do trabalho coletivo, inserido em uma sociedade dividida em classes.

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. (ABEPSS, 1996, p.12-13)

Neste núcleo são abordadas as dimensões investigativa, interventiva, instrumental e política da profissão, bem como as potencialidades de uma mediação qualificada, com seu aparato teórico, técnico, político e ideológico diante das demandas no cotidiano profissional, que requer um/a profissional crítico/a e que compreenda a realidade em sua totalidade.

Para uma intervenção qualificada o/a assistente social precisa entender a trajetória da profissão, sua postura investigativa, bem como os projetos políticos que tencionam a prática cotidiana.

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação

profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. (ABEPSS, 1996, p.13)

Este núcleo reforça a importância do compromisso ético com a qualidade do atendimento e admite os limites da atuação profissional. O não reconhecimento desses limites Yamamoto (1998) chama de “messianismo profissional” que é “uma visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social” (1998, p.22)

É indispensável que a intervenção do/a assistente social esteja em consonância com as leis e diretrizes construídas pela categoria ao longo de debates, congressos, e toda a luta que envolve o processo de construção de seu Projeto Ético-Político.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. (ABEPSS, 1996, p.14)

Qualquer profissão que se apoie em um “manual do fazer profissional”, reduz não só a sua dimensão, mas reduz o sujeito dessa intervenção e negligencia a análise crítica acerca de sua subjetividade e genericidade e, portanto, esvazia sua prática de sentido.

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) de 1996, apresentam as Matérias que se subdividem em:

- **disciplinas:** constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada.
- **seminários temáticos:** momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade.

- **oficinas/laboratórios:** espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem.
- **atividades complementares:** constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho . As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. (ABEPSS, 1996, p.15)

As Matérias Básicas são: Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação sócio histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico metodológicos do Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional.

As Atividades Indispensáveis Integradoras do Currículo e, portanto obrigatórias, são compostas pelo “Estágio Supervisionado” e o “Trabalho de Conclusão de Curso”.

O estágio supervisionado consiste no acompanhamento do/a discente enquanto estagiário. Esse acompanhamento se dá pelo supervisor/a de campo (assistente social em atividade profissional em uma instituição vinculada à Unidade de Ensino como campo de estágio), e supervisor/a acadêmico/a (assistente social docente inserido/a na Unidade de Ensino).

A supervisão acadêmica e de campo devem ser concomitante, baseadas no Plano de Estágio, referenciadas pelo Código de Ética Profissional de 1993 e Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662/93. (ABEPSS, 1996).

O Estágio Supervisionado tem o potencial de ser um espaço de discussão fundamentada em produções teóricas e experiências práticas. Tem substancial importância para a formação profissional crítica e reflexiva. Pressupõe um espaço pedagógico que deve primar pela troca de saberes acerca da atuação profissional, uma vez que a formação do/a assistente social se propõe a ser continuada e generalista.

O Trabalho de Conclusão de curso (TCC) é o momento de produção acadêmica obrigatória para a graduação do/a Assistente social, onde o/a discente “sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso.” (ABEPSS, 1996, p.19).

O TCC é uma produção formal, ou seja, é imprescindível que esteja “dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmicas científicas” (ABEPSS, 1996, p.19), é orientado por um/a docente, que atribui nota tal como os integrantes da banca examinadora.

Voltaremos a tratar do “Estágio Supervisionado” e o “Trabalho de Conclusão de Curso” no próximo capítulo. Pretendemos relacioná-lo a o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, para que possamos examinar elementos objetivos que incidem sobre a materialidade de ambos.

Capítulo 3 – A Categoria Cotidiano no Processo de Formação do Assistente Social na Escola de Serviço Social ESS/UFRJ

O cotidiano não possui um sentido autônomo, ele se apresenta no conjunto das atividades que se inserem em relações concretas transcorridas diariamente, movidas e moventes por determinações, mediações e contradições. O conteúdo e a importância das atividades cotidianas diferenciam-se. Esse processo efetiva-se tanto no âmbito da organização do mundo do trabalho como na dimensão da vida privada, que constituem partes orgânicas da vida cotidiana. (COELHO, 2013, p. 79)

Neste capítulo realizaremos uma apreciação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, sem a pretensão de explorar as disciplinas separadamente, e nem em reafirmar o que já afirmamos nas Diretrizes Gerais, para não correremos o risco de nos tornarmos redundantes. Todavia objetivamos problematizar aspectos que trazem a latente necessidade de se compreender a categoria cotidiano no processo de formação profissional, reconhecendo seus sujeitos em meio ao processo que envolve produção acadêmica obrigatória em um cotidiano alienado.

Abordaremos a atividade pedagógica curricular de Estágio em Serviço Social e algumas problemáticas que envolvem e tencionam esse processo. Para tal realizaremos um estudo a fim de averiguar como a categoria cotidiano aparece nos diversos componentes curriculares do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação de Serviço Social da ESS/UFRJ.

3.1 - O Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRJ

O aluno é um dos sujeitos do processo pedagógico, co-responsável pela sua formação, no rumo da sua autonomia intelectual. Seu papel não pode resumir-se à apropriação de conhecimentos “em sala” ou de experiências no “campo de estágio”, mas envolve uma efetiva vivência na comunidade acadêmica...” (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 12)

O Projeto político pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ (2008), tal como todos os documentos relacionados à profissão, é uma

produção coletiva, fruto de debates e encaminhamentos das instâncias colegiadas desta unidade de ensino.

A necessidade de revisão de tal projeto, que antes fora chamado de o “Currículo Pleno”, se apresentou diante do movimento do real, baseado nas transformações societárias ocorridas a partir da década de 1970. Tal revisão ocorre conforme orientação e proposições contidas nas Diretrizes Gerais do Curso de Serviço Social de 1996, resultante de um longo debate de amplitude nacional promovido pela ABEPSS com profusa participação de estudantes e profissionais do Serviço Social.

Vale destacar o protagonismo da ESS/UFRJ neste processo e, especialmente, os/as professores/as que contribuíram para a apreensão do significado do Serviço Social nas relações sociais no capitalismo, dentre os/as quais Marilda Iamamoto e José Paulo Netto.

A Comissão de Revisão curricular da ESS/UFRJ foi presidida pela Profa. Dra. Nobuco Kameyama e contava ainda com os/as professores/as, Dr. José Paulo Netto, Leila Escorsim Machado, Rodrigo de Sousa Filho, Sara Aparecida Granemann, Sheila de Souza Backx e pelas alunas representantes do Centro Acadêmico (C.A.), Larissa Dahmar Pereira e seguidamente por Solange da Silva Moreira (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008)

A metodologia de elaboração documental utilizada pela Comissão, desde o período final de 1999 ao início de 2001, se dava da seguinte maneira:

- 1) a Comissão elaborava um texto e este era remetido aos Departamentos e ao Centro Acadêmico para debate; os resultados do debate eram enviados à Comissão, que revisava o texto original;
- 2) o novo texto era submetido à discussão em reuniões plenárias de professores e alunos;
- 3) uma subsequente reelaboração, por parte da Comissão, era ainda subsidiada por contribuições individuais de docentes e discentes, antes de novamente ser submetida a debate. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p.03)

A partir do segundo semestre de 2000, outros/as intelectuais especialistas contribuíram para a elaboração desse projeto, como: o Prof. Dr. Sérgio Lessa da Universidade Federal de Alagoas, Ivete Simionatto da Universidade Federal de

Santa Catarina e membro da Comissão de Especialistas de Serviço Social do Ministério da Educação, Maria Aparecida Cassab da Universidade Federal Fluminense e presidente da ABEPSS, Raquel Goulart e Antônio Flávio Barbosa, ambos da Faculdade de Educação da UFRJ.(Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008)

O Projeto Político Pedagógico tal como se encontra na atualidade, passou por mudanças no que diz respeito a carga horária das disciplinas para se adaptar “à organização curricular sob o regime de crédito, vigente na UFRJ”. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008).

Para realizar tais mudanças foi estruturado um Grupo de Trabalho (GT) formado pelos/as professores/as: Mavi Rodrigues e Marcelo Braz da ambos da DAG, Fátima Grave da Coordenação de Estágio, Yolanda Guerra e Luis Acosta do Departamento de Fundamentos, Silvina Galizia e Alejandra Pastorini do Departamento de Política Social, Leila Escorsim do Departamento de Métodos e Técnicas e Cleusa Santos da ABEPSS. Este GT contava com a participação das alunas da graduação e representantes do Centro Acadêmico, Ivy Carvalho, Hudna Mendonça, Isadora Modesto e a representante dos pós-graduandos, Marcela Soares. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008).

O Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ é composto da seguinte forma: organização e duração do curso, as áreas de conhecimento e suas disciplinas, caráter e natureza das disciplinas, a vinculação entre as disciplinas, núcleo temático, trabalho de conclusão do curso (TCC), grade curricular do curso diurno, grade curricular do curso noturno, ementário e bibliografia básica, requisitos curriculares complementares e normas para a implementação do novo currículo.

A ESS/UFRJ tem sido uma instituição de vanguarda, por ter, ao longo de sua história, produzindo conhecimento acerca da realidade sócio histórica do Brasil, da relação Estado e Sociedade civil, do significado da profissão dentre outros. A ESS/UFRJ tem propiciado profícuos fóruns e debates sobre a profissão e seu processo de formação, consolidando-se como referência enquanto formadora de assistentes sociais e pesquisadores/as.

Comprometida com a formação crítica e competente de seus/uas alunos/as, a ESS/UFRJ, não visa formar assistentes sociais estritamente para o mercado. Ela, através de seus sujeitos, cria coletivamente possibilidades de contribuir para a formação de profissionais qualificados/as em suas dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-interventiva, amparados/as pelo Código de Ética Profissional de 1993, pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 e em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93).

O objetivo de promover o “entrecruzamento de criticidade, competência e compromisso sóciocêntrico” (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 08), denota o desafio de formar profissionais que busquem compreender a realidade em sua totalidade, apreendendo as suas contradições, mediações e determinações sócio-históricas.

A direção do processo de formação profissional é a construção coletiva afirmando a indissociabilidade entre teoria e prática. Em outras palavras, o Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ é fruto de todo debate que envolve o projeto ético-político do Serviço Social e não meramente um “protocolo pedagógico” a ser cumprido.

Para o projeto pedagógico da ESS/UFRJ, o assistente social a ser formado deve traduzir concretamente estas criticidade, competência e compromisso em termos de inquietação, sensibilidade e abertura para com a problemática social do Brasil tanto em termos profissionais imediatos (donde a importância de um tratamento sistemático da realidade que rebate diretamente no espaço geo-social onde incide a ação da UFRJ) quanto em termos de seu envolvimento com movimentos cívicos e estritamente profissionais (participação em organizações da sociedade civil e em entidades da categoria). (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 09)

A ESS/UFRJ tem sido formadora de grande parte das lideranças dos órgãos representativos da profissão, de seu corpo docente, assim como do corpo docente de outras instituições referenciadas em Serviço Social.

É um grande desafio manter-se nesta direção perante a um cenário de desmonte das instituições públicas, e os efeitos perniciosos dos impactos provocados pela crise estrutural do capital sobre a formação acadêmica brasileira, que vem se colocando cada vez mais funcional ao mercado.

A organização do curso de graduação da ESS/UFRJ busca abranger um processo pedagógico que afirme a importância da relação entre ensino, pesquisa e extensão, embora saibamos que esse tripé vem sendo constantemente ameaçado na Universidade pública, e na Universidade privada sua existência se restringe a áreas do conhecimento ligadas a tecnologia, medicina, e quando muito na área biológica, raramente se objetiva nas ciências sociais e humanas.

A contrarreforma do Estado resulta no ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as, na pungente mercantilização dos serviços sociais, no desemprego, no subemprego, na informalidade, e contribui diretamente para a agudização das expressões da “questão social” que impõem novos desafios à intervenção do/a assistente social. Este processo, portanto, exige que sua formação tenha um rigor teórico-crítico para compreender o atual contexto, superando a naturalização da realidade social e a culpabilização do indivíduo.

O “ensino da prática” não é algo exterior ou posterior à formação teórica: é o espaço em que, pela via da investigação de uma temática determinada, explicita-se o significado social da profissão na análise de práticas efetivas. O desafio pedagógico aí contido consiste em assegurar que a dimensão interventiva da formação profissional não fique restrita aos períodos em que o estudante realiza os seus estágios, mas percorra o conjunto das suas atividades acadêmicas. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 11 - 12)

O projeto ético-político do Serviço Social norteia os conteúdos trabalhados nas disciplinas, ele é eixo de todo Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ, e por essa razão, o fluxograma do curso articula as disciplinas de maneira que teoria e prática sejam trabalhadas concomitantemente. Para tal o Projeto Político Pedagógico propõe:

- uma grade curricular coerente e congruente, integrada horizontal e verticalmente;
- uma estrutura organizacional que coletivize, no conjunto da docência, as responsabilidades do “ensino da prática” e, ao mesmo tempo, não limite a questão da formação teórica aos intervenientes que operam na “sala de aula”;
- estágios vinculados não só à política de extensão da unidade e da universidade, mas ainda às linhas de pesquisa implementadas no conjunto da unidade (incluída a pós-graduação);

- recursos didáticos que operem sistematicamente a integração teoria/prática (seminários, laboratórios, painéis, oficinas, etc.). (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 11)

Para que seja apreciada a grade curricular da ESS/UFRJ, traremos no anexo 1 (pág 74), o fluxograma da graduação no período diurno que possui a “duração mínima de oito (8) períodos (semestres) letivos” (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 16) e fluxograma do noturno, que tem a duração mínima de “dez (10) períodos (semestres) letivos” (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p.16). Neles se encontram todas as disciplinas ofertadas pela ESS/UFRJ, tal como a indicação das disciplinas que são requisitos para outras.

As disciplinas são distribuídas em três (3) áreas fundamentais:

a) área de fundamentos teórico-metodológicos da vida social

Os conteúdos programáticos dessas disciplinas buscam se sustentar no pensamento crítico que tem o potencial de trazer elementos para análise da realidade, particularmente sobre a construção do ser social na sociedade moderna. São elas: Economia política e Serviço Social; Teoria política e Serviço Social; Teoria sociológica e Serviço Social; Filosofia e Serviço Social; Antropologia social e Serviço Social; Psicologia social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social I, Trabalho e questão social; Estado, classes e movimentos sociais. (Projeto Político Pedagógico, 2008)

b) área de fundamentos da formação social brasileira

Esta área é composta por disciplinas que tratam das peculiaridades que envolvem o desenvolvimento histórico-social do Brasil e os elementos que rebatem na contemporaneidade.

São elas: Economia do Brasil contemporâneo e Serviço Social; A questão social no Brasil; Direito e legislação social; Política Social e Serviço Social II; Política Social e Serviço Social III (A: Assistência Social; B: Saúde; C: Previdência Social); Estado, classes e movimentos sociais; Identidades culturais e Serviço Social no Brasil; A questão de gênero no Brasil; Direitos humanos no Brasil; Poder local e Serviço Social - Disciplina eletiva; Serviço Social e questão fundiária - Disciplina eletiva; Serviço Social e questão urbana - Disciplina eletiva; Serviço Social e

expressões da questão social - Disciplina Eletiva. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ,2008)

c) área de fundamentos da ação profissional

Nesta área são estudados os conteúdos que abordam as dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa da profissão, para tal são ministrados conhecimentos “com ênfase no resgate crítico da história do desenvolvimento do Serviço Social e de suas práticas contemporâneas”. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 17) São elas: Introdução ao Serviço Social; Serviço Social (I,II,III,IV); Serviço Social Contemporâneo; Ética profissional; Pesquisa social e Serviço Social; Técnicas de intervenção social; Introdução ao trabalho científico no Serviço Social; Prática profissional; Administração e orçamento em Serviço Social; Planejamento e projetos em Serviço Social; Avaliação e monitoramento em Serviço Social; Análise de indicadores sociais para o Serviço Social; Núcleo temático (I,II); Orientação e treinamento profissional - OTP (I, II,III,IV); Orientação de TCC (I,II); Estágio supervisionado (I, II, III,IV); Tópicos especiais em Serviço Social - Disciplina Eletiva (I,II,III) ; Expressões da questão social - Disciplina Eletiva (I,II,III); Serviço Social e processo de trabalho - Disciplina eletiva. (Projeto Político Pedagógico, 2008)

O/a discente terá que realizar duas disciplinas eletivas e dois Núcleos temáticos. Para realizar os núcleos temáticos há o pré-requisito de ter sido aprovado/a em Ética profissional.

A partir do Estágio Supervisionado II e Orientação e Treinamento Profissional II, serão ofertados os Núcleos Temáticos que propiciarão o aprofundamento da área temática na qual o aluno está inserido, articulado com a dimensão investigativa, visando ao amadurecimento do aluno para a realização do TCC. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 21)

Importante explicitar que a citação acima se refere ao fluxograma do curso diurno. No curso noturno os núcleos temáticos são ofertados a partir do Estágio Supervisionado I e OTP I.

Os temas a serem ministrados nas Eletivas e nos Núcleos, segundo o Projeto Pedagógico da ESS/UFRJ, são alterados a cada dois semestres, isso possibilita uma maior abrangência de temáticas.

É relevante pontuar que, ao analisar a bibliografia para cada disciplina, encontramos indicação de autores clássicos em apenas três (3) delas:

Economia política e Serviço Social – Marx, K. O capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro I, vol. 2, 1968, cap. XXIII (“A lei geral da acumulação capitalista”).

Psicologia social e Serviço Social - Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos de Paris (1844). Lisboa, Avante, 1993.

Trabalho e questão social - Marx, K. O capital. Crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro 1, vol. 1, 1968, cap. 5 (“Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia”).

_____. Trabalho assalariado e capital. S. Paulo, Global, 1981.

A ausência da obra de Durkheim, Comte, Kant, Weber e Hegel, por exemplo, é tão sentida quanto a extensa e intensa obra de Marx e Engels, todos por mais citados que sejam entre os/as autores/as que servem de referência ao currículo, pouco se lê de sua obra original. O Marxismo é abundantemente presente neste conteúdo programático, porém a obra marxiana é timidamente considerada.

Há polêmicas em defender que as teorias que se diferem do horizonte histórico-crítico da profissão estejam presentes no Projeto Político Pedagógico, mas como entender o positivismo, neopositivismo, estruturalismo, idealismo, pós modernismo e tantas outras ramificações do conservadorismo, que impregnam a prática profissional do assistente social em seu cotidiano laboral sem o conhecimento sobre tais teorias?

É importante recusar a ingenuidade de crer que o Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ, ou de qualquer outra unidade de ensino de curso superior, “dê conta” de abranger todas as teorias existentes, não esperamos “heroísmo” docente e tampouco discente, em conseguir ensinar e aprender, tudo o que a educação básica

tragicamente negou, entretanto, no que concerne o compromisso de uma formação profissional de qualidade, há que se considerar a crítica que elaboramos.

No que se refere ao estudo da categoria cotidiano, na grade curricular não há indicação de obras diretamente ligadas a esta temática, todavia a encontramos em duas obras que são referências substanciais deste trabalho de conclusão de curso e são indicadas nas seguintes disciplinas:

Introdução ao Serviço Social e Serviço Social I - IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. - 35ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

A primeira edição é de 1982, e o cotidiano aparece mais especificamente em sua parte I, capítulo II, escrita por lamamoto.

Serviço Social I, Política Social I e OTP II - NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço social. . – 8ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2011a.

Estas obras são essenciais para qualquer análise diligente no que concerne o Serviço Social, sem elas pouco teríamos avançado no conhecimento sobre o significado da profissão nas relações sociais no capitalismo, e como tais relações determinam e condicionam o cotidiano profissional do assistente social ante a dimensão singular e genérica dos sujeitos sociais, que vivenciam as expressões da questão social, objeto de sua intervenção.

Em seu livro, lamamoto (2011), traz uma fecunda análise sócio-histórica do Serviço Social brasileiro, abordando as implicações que envolvem a produção e reprodução das relações sociais, e como o assistente social “pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes” (2011, p. 103). É nesta correlação de forças que o/a profissional direcionará sua prática de acordo com seu arcabouço teórico.

O cotidiano faz-se presente quando a mesma realiza uma análise sobre a mediação em que o/a assistente social exerce seu cunho “educativo”, nas palavras de lamamoto:

...como o processo de reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que as conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das

manifestações do cotidiano da vida em sociedade. (IAMAMOTO, in lamamoto e Carvalho, 2011, p.101)

Netto (2011a), em “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, cuja primeira edição é de 1992, quando realiza a análise sobre o sincretismo, disserta sobre a “multiplicidade quase infindável das refrações da ‘questão social’ que esbatem no âmbito da intervenção profissional do Serviço Social...” (2011, p. 95). Por serem tão heterogêneas, as demandas do cotidiano profissional requerem um exame adequado que compreenda a realidade social como uma totalidade. Netto afirma que “o horizonte real que baliza a intervenção profissional do assistente social é o cotidiano.” (2011a, p. 95)

A totalidade é trabalhada por lamamoto (2011) e Netto (2011a) nas obras supracitadas e a categoria cotidiano aparece em momentos similares, em que ambos fazem a crítica a dimensão “educativa” atribuída ao/a assistente social.

A funcionalidade histórico-social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano – o disciplinamento da família operária, a ordenação de orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores ou potencialmente transgressores, a ocupação de tempos livres, processos compactos de ressocialização dirigida e etc. -, conotando-se tecnologia de organização do cotidiano como manipulação planejada. (NETTO, 2011a, p. 96)

Não é por acaso que lamamoto (2011) e Netto (2011a) são as duas maiores referências do Serviço Social brasileiro. O rigor teórico, análises precisas e didáticas, enriquecem a produção intelectual da categoria.

Há ainda uma obra que Netto (2011a) cita no “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” quando aborda o cotidiano. Trata-se da publicação intitulada “Cotidiano: conhecimento e crítica” (2012), composta por dois textos independentes: o texto de Maria do Carmo Brant de Carvalho “ O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social”, e o texto de José Paulo Netto, “Para a crítica da vida cotidiana”.

Este livro não é indicado como referência em nenhuma das disciplinas do Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ. É de se espantar ele ser um livro cuja primeira edição data 1987 e ainda hoje ser tão negligenciado, todavia, ele junto ao “O Cotidiano e a História” (1970) de Agnes Heller, configuram a base deste estudo monográfico.

Algumas partes do conteúdo desses dois livros vêm sendo trabalhados por alguns/mas docentes que entendem a importância de desvelar o cotidiano e, portanto, os incluem como parte da bibliografia de seus planos de aula.

Outras tantas obras incorporadas como referências no Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ vão falar do cotidiano apenas infimamente, longe de alcançar o trato adequado diante da complexidade que envolve o estudo dessa categoria.

Pelos mais variados entraves impostos a um trabalho de conclusão de curso, nos foi imperativo dar ênfase aos processos pedagógicos de estágio, que examinaremos a seguir, e TCC, que trabalharemos no tópico 3.3, por entender que esses são os dois momentos mais árduos da graduação em Serviço Social. Afirmamos que ambos são alicerçados pelo aparato teórico-metodológico, ético-político e técnico-interventivo apreendidos não só nas disciplinas do curso, mas em todo o decorrer da formação, em atividades extracurriculares, nas suspensões do cotidiano, na inserção em movimentos sociais, na produção e reprodução da vida social.

3.2 - O Estágio na grade curricular da ESS/UFRJ e o Cotidiano

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (PNE/ABEPSS, 2010. p.11).

Pedagogicamente o estágio vem sendo interpretado como propulsor do aprendizado, não apenas para o/a estagiário/a, mas também para o/a supervisor/a

de campo, na medida em que estreita a sua relação com a universidade através da supervisão.

A realização do estágio supervisionado possibilita a ampliação do debate acerca do trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais, trazendo contribuições para o cenário de atuação e uma sistematização da prática, o que corrobora com o compromisso de formação continuada.

O estágio supervisionado é a atividade curricular que aproxima a formação profissional com o mercado de trabalho, possibilita ao/a estudante do curso de Serviço Social vivenciar o cotidiano do trabalho profissional nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Esta atividade encontra-se duplamente tensionada na atualidade e, como tal, expressa os obstáculos que a reprodução do capital no contexto atual impõe ao trabalho. Por um lado o/a assistente social confronta-se com esta realidade como trabalhador/a que vende a sua força de trabalho, enquanto seu salário e suas condições de trabalho deterioram-se com a reestruturação produtiva e políticas sociais pautadas na ideologia neoliberal.

Por outro lado, o/a assistente social insere-se no mercado de trabalho intervindo nas expressões da questão social, cada vez mais agudas e com respostas fincadas no controle das classes subalternas.

Desta forma, são muitas as problemáticas que envolvem o estágio, assim como são muitas as tentativas de superá-las, e não pretendemos explorar amplamente este tema, uma vez que ele por si só teria o potencial de uma monografia. Contudo, não podemos nos furtar de dedicar algumas linhas para relacionar a conjuntura de desmonte das políticas públicas a favor de um projeto de privatização dos direitos sociais e seus rebatimentos no cotidiano do estágio supervisionado em Serviço Social.

A “contrarreforma” do Estado sob a orientação neoliberal é um dos pilares da precarização do espaço sócio-ocupacional que está inserido o profissional do Serviço Social. Ela incidiu de maneira nefasta nas instituições públicas trazendo consigo a flexibilização do trabalho, dificultando o aumento de vagas nos campos de estágio, uma vez que, o/a assistente social não dispõe de condições para receber

o/a estagiário/a e muitas vezes sua estabilidade profissional não é garantida por conta dos precários vínculos estabelecidos.

O estágio supervisionado curricular obrigatório se configura a partir da inserção do/a aluno/a no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo/a para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática (acadêmica e de campo). Sua realização deve ser concomitante ao período letivo escolar (PNE/ABEPSS, 2010).

A supervisão, tanto de campo como acadêmica, se objetivarão através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e o campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 Lei de Regulamentação da Profissão, A Resolução CFESS nº 533/2008, o Código de Ética do Profissional de 1993, Lei de Estágio 11.788/2008 e, no que se refere a ESS/UFRJ, há o Projeto Político Pedagógico vigente e o Programa de Estágio.

Por ser um espaço de formação, o estágio deve ser de qualidade, porém as particularidades da conjuntura atual, das condições de trabalho do/a assistente social, repercutem diretamente na escassez de campos de estágio, por conseguinte em suas vagas, o que leva o/a aluno/a a desconsiderar sua qualidade.

No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto-ético político do Serviço Social. (PNE/ABEPSS, 2010. p. 08)

A supervisão acadêmica se dá pela disciplina de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), que atualmente na ESS/UFRJ se divide por níveis de estágio, abrangendo diferentes políticas sociais. Sendo assim a disciplina de OTP I deverá ser cursada por todos/as alunos/as em estágio nível I, a OTP II pelos/as que estão em estágio II e assim por diante até o estágio nível IV. A carga horária da disciplina de OTP (I, II, III, e IV) é de 60 horas.

Através do acompanhamento do professor de Orientação e Treinamento Profissional, o aluno desenvolverá uma atividade teórico-prática de crescente complexidade, ao fim da qual deverá estar qualificado para a efetivação e a compreensão da intervenção

profissional em áreas de trabalho determinadas. Este processo implica no acúmulo de cada disciplina anterior para a produção subsequente, visando a totalização da experiência do estágio em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Evita-se, desta forma, a fragmentação dos momentos constitutivos da vinculação entre as disciplinas teórico-práticas. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p. 21 - 22)

A supervisão de campo corresponde a disciplina de Estágio Supervisionado, possui quatro (4) níveis e cada nível conta com a carga horária de 120h, o que corresponde a pouco mais de 15% da carga horária total do curso que é de 3.150h, corroborando com a PNE/ABEPSS 2010 que atualizou as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) de 1996, dando a seguinte orientação:

A carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas 15 (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 200717 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC. (PNE/ABEPSS, 2012. p 29)

Ainda segundo a PNE, o estágio não deve ultrapassar 30h semanais, porém, a Coordenação de Estágio e Extensão (CEE) da ESS/UFRJ só permite estágio com carga horária máxima de 20h semanais, consoante ao seu Programa de Estágio e à Resolução CEG n.12/2008 da UFRJ em seu artigo 11:

“§ 1º: O Estágio na UFRJ, em conformidade com o artigo 3º desta Resolução, deverá ter carga horária máxima de 20(vinte) horas por semana, podendo-se estender a 24 (vinte e quatro) horas nos casos de cursos da área da saúde”.

Uma das preocupações da CEE/ESS é evitar que o/a estagiário/a seja contratado/a como “mão de obra barata”, realizando atividades inerentes ao profissional, o que configura exercício ilegal da profissão. Porém, a carga horária reduzida por si só, não pode garantir que neste período de tempo a legalidade do estágio seja respeitada em toda a sua amplitude.

Outros desafios, que não são de modo algum exclusivos da CEE/ESS, são cada vez mais expressivos e envolvem a ausência de vagas de estágio obrigatório para alocar os/as estudantes, sobretudo no que se refere a vagas no fim de semana.

Esta problemática encontra-se envolta na expansão das vagas de ensino para o curso de Serviço Social, sobretudo no ensino a distância, na sobrecarga de trabalho dos/as assistentes sociais com a intensificação da exploração da força de trabalho neste contexto de crise estrutural do capital e nas próprias condições de vida dos/as estudantes.

Cada nível de estágio obrigatório (Estágio Supervisionado e OTP concomitante) possui um processo pedagógico de acordo com seu Plano de Estágio.

Para realizar estágio no nível I, o/a aluno/a deve preencher alguns pré-requisitos, como ter sido aprovado nas disciplinas de Serviço Social I e II, e em Ética profissional. Para o estágio nível II, há que ser aprovado/a no estágio nível I e na disciplina de Prática profissional. Para o nível III há que ser aprovado no nível II. Para o nível IV, há que ser aprovado/a no nível III. (Projeto Político Pedagógico, 2008)

No nível I, o/a estudante observa as atividades do cotidiano profissional do/a seu/a supervisor/a de campo, e elabora uma análise institucional identificando nela os processos de trabalho, hierarquias, perspectiva teórica desenvolvida pelos atores dessa instituição, dentre outras proposições contidas nos planos das atividades de estágio.(Projeto Político Pedagógico, 2008)

A articulação dos três sujeitos – estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico - é tensionada pelas mais diversas correlações de forças que incidem nas condições objetivas de suas vidas, tendo em vista que é extremamente comum que supervisores/as de campo e acadêmico/a jamais consigam se encontrar para uma reunião, os motivos são muitos, passando pela falta de tempo, pela precarização das instituições e por uma infinidade de motivações que não caberiam aqui.

No nível II, o/a estagiário/a irá continuar sua análise institucional e irá elencar as demandas objetivas apresentadas no cotidiano da instituição. No nível III, a atividade pedagógica consiste em o/a estagiário/a escrever um projeto de intervenção baseado nas demandas por ele/a identificadas no nível anterior. E por

último, o nível IV é quando o projeto de intervenção será realizado bem como sua avaliação. (Projeto Político Pedagógico, 2008)

Todas as problemáticas que envolvem o estágio obrigatório têm mobilizado a CEE/ESS a enfrentá-las por meio da sua articulação com os/as três sujeitos envolvidos/as neste processo. O Fórum Local de Estágio da Escola de Serviço Social/UFRJ é fruto do projeto de intervenção que escrevi em 2014 como atividade pedagógica de estágio obrigatório enquanto fui estagiária da CEE/ESS.

A relevância do primeiro Fórum e as sistematizações dos questionários aplicados apontavam para a sua continuidade e ampliação de sua dimensão. Diante disso a CEE/UFRJ criou o Colóquio de Estágio, que traz para discussão coletiva, as emergências dos temas apontados pelos/as supervisores/as de campo na ficha de avaliação dos/as estagiários/as. Sendo assim, o Fórum, que caminha para sua quarta edição, e o Colóquio são importantes na criação propositiva da Política de Estágio que a CEE/UFRJ vem elaborando desde o fim de 2014, sob a coordenação das professoras Gláucia Lelis e Luana Siqueira.

O debate a respeito do estágio em Serviço Social está em aberto, e não se restringe à ESS/UFRJ. A ABEPSS vem promovendo profícuos encontros para debater esta temática, contudo pouco se tem objetivado no que se refere a ampliação de vagas de estágio de qualidade, principalmente no que tange à realidade dos/as alunos/as trabalhadores/as que só podem realizar estágio no fim de semana.

Focalizar a crítica nas Coordenações de Estágios das unidades acadêmicas de Serviço Social, só empobrece de sentido nossos esforços em debater essas questões e deixa evidente o desconhecimento acerca do cotidiano do processo de formação do assistente social e da atual conjuntura de ofensiva do capital.

Há que se fazer uma crítica ao modo de produção capitalista, de como a privatização da educação, aliada a ampliação de cursos de Serviço Social em unidades de ensino públicas e privadas, e a abertura indiscriminada de vagas no ensino a distância (EAD), contribuem de forma decisiva na insuficiência de vagas de estágio.

O supracitado EAD é um outro assunto que requer algumas linhas, assumimos aqui o risco de sermos superficiais, uma vez que ele é outro tema cuja complexidade daria uma monografia.

Sua existência é em si uma ameaça ao do tripé ensino, pesquisa e extensão, pois no curso de Serviço Social à distância, o/a estudante não tem a possibilidade de vivenciar o ambiente acadêmico, os espaços políticos construídos pelas relações cotidianas objetivadas por meio do insubstituível contato humano das relações sociais.

A direção social encontra-se implícita no processo do conhecimento em si, sempre vinculado à realidade, isto é, a matéria influencia a teoria e, por se tratar de um movimento e mão dupla, a aplicação da teoria interfere na matéria e a transforma em uma determinada direção. Não se trata somente de um pressuposto gnosiológico, mas também ontológico, e, portanto, é necessário refutar as afirmações que pretendem desqualificar a teoria em relação à prática. Mesmo negando a orientação de uma teoria sobre a prática, ela está lá, presente no processo cognoscitivo e interventivo (COELHO, 2013, p. 89 - 90)

Se no ensino presencial a negação da dialética teoria e prática é ferozmente presente, no EAD esse movimento dialético fica ainda mais envolto nas brumas do pensamento pós moderno que fragmenta os processos sociais e, por conseguinte a apreensão de que “a realidade é o resultado de um processo e, para conhecer esse resultado, faz-se necessário apreender as determinações decisivas do complexo processual dessa realidade. (COELHO, 2013, p. 90)

Para o enfrentamento das adversidades que tencionam o processo de estágio, é preciso que tenhamos muita firmeza do lugar que ocupamos como sujeitos de nossa formação.

No próximo tópico deste capítulo, falaremos sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e da relação entre o indivíduo e a universidade no cotidiano do processo de formação.

3.3 O Trabalho de Conclusão de Curso e o desafio cotidiano no processo de formação profissional do/a Assistente Social

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (MARX, 2014, p. 28)

O TCC é uma atividade pedagógica obrigatória para a graduação em Serviço Social, seu objetivo é a “elaboração de monografia a partir da experiência de estágio, de temáticas desenvolvidas em atividades de pesquisa ou de questões teóricas pertinentes ao Serviço Social”. (Projeto Político Pedagógico ESS/UFRJ, 2008, p.63). O TCC é orientado por um/a docente que atribui nota junto à banca examinadora composta por outros/as dois/uas docentes.

Segundo as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS) 1996 e o Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ (2008) o tema escolhido deve, preferencialmente, ter relação com o estágio, para que o processo pedagógico transcorra de maneira que amadureça o conhecimento sobre o objeto pesquisado.

...o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.” (NETTO, 2011c, p.20 - 21)

A direção teórico crítica do Serviço Social na contemporaneidade não impede que métodos antagônicos ao de Marx sejam utilizados em produções intelectuais da categoria, todavia, nesse estudo nos atemos unicamente a ele por afirmarmos que “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”. (NETTO, 2011c, p.21).

Qualquer método de pesquisa requer tempo, dedicação e estudo, em virtude disso o conhecimento sobre o objeto pesquisado esbarra em todas as dificuldades colocadas na vida cotidiana, sobretudo no que diz respeito ao/a aluno/a

trabalhador/a, mas não se restringe a ele/a, uma vez que os processos de alienação e reificação não lhes são exclusivos.

Para analisarmos o processo que envolve a elaboração do TCC na ESS/UFRJ, precisamos entender o/a aluno/a como sujeito de sua formação, prezando sua autonomia intelectual e considerando as múltiplas determinações que se apresentam no cotidiano, como por exemplo, as expressões da “questão social”, que ao mesmo tempo em que é objeto de estudo do assistente social, não deixa de incidir sobre o/a próprio/a.

Não são poucos/as os/as discentes que “pagam” o alto preço de abandonar o emprego formal, para tentar desfrutar do que a universidade tem para oferecer, e assim obter mais conhecimento e qualificação profissional. É uma escolha tão difícil quanto arriscada, e que não pode ser tomada por todos/as e nem deveria ser tão naturalizada como vem sendo.

A Universidade não está apartada da sociedade, a lógica produtivista da vida acadêmica é tão cruel quanto a do trabalho abstrato na sociedade moderna. A angústia promovida pela exigência da produção acadêmica, pouco se difere da angústia produzida pelo trabalho alienado.

É flagrante, até ao mais distraído/a observador/a, o adoecimento dos/as discentes na elaboração de monografias, dissertações, artigos e teses. Assim como é também flagrante a ausência de pesquisas produzidas na ESS/UFRJ que tratam deste assunto.

Outro ponto que precisa ser problematizado é a hierarquia acadêmica que, por vezes, promove a castração e a falta de credibilidade com os/as alunos/as e sua produção intelectual.

É raro, raríssimo na verdade, um/a docente utilizar TCC como texto de apoio em suas disciplinas, sequer são aproveitados para atividades em sala de aula, sendo reduzidos a uma mera obrigatoriedade para a conclusão da graduação em consonância com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social e o Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ.

Há anos academia se exime de fazer uma profunda, e responsável, análise sobre a romantização dos esforços hercúleos composto por horas a fio de estudos, noites mal dormidas, alimentação negligenciada, lazer com culpa, desespero, angústia, queda de cabelo, dermatites, baixa imunidade, alergias, medicação da vida, depressão, fatalismo e desumanização. Cérebros funcionando feito máquinas em um sistema fordista de produção do conhecimento

Em um mundo cujas relações sociais estão diretamente ligadas ao processo de extração da mais-valia, cuja circulação do capital se sobrepõe ao humanismo, pensar o cotidiano é uma das formas de combater a naturalização dos processos sociais que acabam por reificar as relações humanas e legitimar a barbárie sofrida pela classe trabalhadora na intensa exploração da sua força de trabalho.

Vivemos em uma sociedade que nos massacra cotidianamente, ora, não é de se espantar que cada vez mais a indústria farmacêutica obtenha exorbitantes lucros com medicamentos que prometem “amenizar” ou até mesmo “curar” mazelas provocadas pelo intenso ritmo de exploração que a sociedade moderna oferece impositivamente à trabalhadoras e trabalhadores.

Um remédio para dormir, outro para acordar, um para suportar o resto do dia, outro para que o estômago não se revire em dolorosas úlceras, o uso indiscriminado de analgésicos, antidepressivos e ansiolíticos para ajudar a suportar o que não pode ser suportado.

Os processos de alienação contribuem para que não consigamos entender que a real causa do adoecimento da classe trabalhadora é a intensa exploração que ela sofre diante de horas e horas de trabalho, de deslocamento até o mesmo, trânsito cada vez mais intenso nas grandes cidades, não há tempo para o ócio, para o lazer e menos ainda, para a reflexão.

A alienação que se estabelece no modo de ser da sociedade capitalista esconde como e produzem as relações de produção. Em seu processo de individuação, o trabalhador não se reconhece como ser genérico, há um estranhamento entre a sua existência e a da sociedade, e sua inserção no processo de trabalho dá-se como se fora uma mera ferramenta, pois o produto de seu trabalho não lhe pertence. Na sociedade capitalista esse fenômeno tem seu solo genético no trabalho, mas extrapola as relações de produção, espregueia-se para todas as esferas da vida social e faz crer que a

relação entre os homens, e sua relação com a natureza, são relações entre coisas, eternas e imutáveis. (COELHO, 2013, p. 82)

Nossas relações sociais estão cada vez mais impessoais, centralizadas em celulares, computadores e seus derivados, que nos separam, fazendo-nos crer que estamos próximos.

Naturalizamos, sem questionar, a exigência de uma produtividade cada vez mais elevada, a ponto de aceitarmos o *homework* como uma espécie de “benção”, e não a extensão da exploração do trabalho.

O que é hoje o trabalho abstrato na sociedade moderna, senão uma tortura cotidiana a que temos que nos submeter para que tenhamos condições mínimas de sobrevivência?!

Não é fácil resistir às artimanhas do capital, sobretudo pelos poucos conhecimentos que temos acerca do cotidiano e suas potenciais suspensões. É na sutileza, nos pequenos detalhes que reproduzimos e alimentamos o capitalismo. Portanto o processo de formação profissional necessita ser contínuo, com solidez teórica e pensamento crítico que subsidie a qualificação profissional.

Mesmo diante do desafio que é garantir a excelência de ensino, a ESS/UFRJ é formada, em sua maioria, por pessoas dispostas a resistir às dificuldades que o capital nos impõe. Aliado a isso, há o compromisso da categoria profissional, para além dos muros da ESS/UFRJ, com o processo de formação continuada, bem como a construção coletiva de estratégias de mediação que contemple o usuário em sua totalidade.

Não há projeto político pedagógico que por si só “dê conta” de formar profissionais qualificados/as, e que não reproduzam a lógica dominante. É fundamental considerar as condições objetivas da vida desse sujeito e sua relação com o universal.

A relação entre sujeito, universidade e sociedade é atravessada por diversas determinações. O desafio é mediar essa relação sem psicologizar, para não cair nas artimanhas do pensamento conservador neopositivista.

Para desvelar a realidade social, descobrir/conhecer as mediações absorvidas pelo modo de ser da sociedade, parte-se do sensível, do imediato, porque na imediaticidade encontram-se ocultas as múltiplas relações entre o singular, o particular e o universal, que somente podem ser apreendidas no movimento dialético da realidade (COELHO, 2013, p. 94)

Ao ignorar uma dessas dimensões (singular, particular e universal) estaremos fadados à visão fenomênica, que é insuficiente para a compreensão de todos os aspectos expostos não só neste capítulo, mas nesse estudo como um todo.

O “olhar”, aquele “olhar” que afirmamos ser insuficiente, é hoje tão perigosamente utilizado na produção do conhecimento nos mais sofisticados devaneios travestidos de análises sobre política, economia e sociabilidade, sem jamais chegar à essência, absorto de razão, esse tal “olhar” envolto em brumas deveria ficar em Avalon, ou em qualquer outro mundo fantástico.

Os elementos que destacamos aqui são para que possamos problematizar as questões que envolvem estudantes, docentes, produção intelectual, relações sociais, cotidiano, eles reforçam a necessidade pungente de se colocar em pauta a discussão sobre uma atualização do Projeto Político Pedagógico da ESS/UFRJ com amplo debate, ou correremos o risco de naturalizar tudo o que a categoria profissional lutou para não naturalizarmos, e assim formaremos assistentes sociais cada vez mais distantes do horizonte histórico crítico da profissão.

Considerações Finais

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo da síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida efetivo e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. (MARX, apud COELHO, 2013, p. 95)

O Cotidiano é o objeto desse estudo e sua complexidade não foi por nós esgotada, todavia buscamos promover uma análise sobre o cotidiano como uma esfera insuprimível, ineliminável e constituinte da totalidade do ser social.

A construção do ser social foi por nós sintetizada a luz da teoria marxista lukácsiana, em que o homem construiu sua sociabilidade na medida em que a realidade se impunha no cotidiano, em um movimento dialético em que a necessidade se apresentava objetivamente e, o homem através do seu raciocínio fazia escolhas conscientes para transformar a natureza por meio do trabalho ontológico.

Ao tratar do processo de formação do assistente social, buscamos analisar as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, e no que diz respeito a ESS/UFRJ, o seu Projeto Político Pedagógico. A defesa de ambos não nos impede de problematizá-los e, ao reconhecer seus limites, é imprescindível que voltemos a discutí-los, na tentativa de solucionar os entraves que se apresentam em sua materialidade diante da conjuntura histórica.

Para se entender o cotidiano de uma instituição formadora não basta conhecer seu horizonte teórico, suas leis, princípios, diretrizes e projetos pedagógicos, é necessário conhecer os sujeitos que fazem parte dessa realidade.

Os/as estudantes da ESS/UFRJ são os usuários da política social de educação, portanto, são parte fundamental da análise que compõe o processo de formação do assistente social nesta instituição. Todavia para esta análise ser completa, teríamos que nos alongar e entender os outros sujeitos envolvidos; docentes, técnicos-administrativos e profissionais terceirizados. Esta tarefa seria muito mais que um TCC, seria um estudo cuja relevância deveria ser “abraçada” como projeto para núcleo de pesquisa com equipe qualificada.

Os processos de alienação e as dificuldades cotidianas dos discentes são, em sua maioria, muito semelhantes ao dos outros sujeitos que compõem a ESS/UFRJ, uma vez que são trabalhadores/as e, portanto, pertencem a mesma classe social.

O sofrimento, a angústia e o adoecimento provocados pela exploração, deveriam unir trabalhadores/as contra o inimigo em comum, mas os processos de alienação e reificação impedem que nos vejamos como aliados, impedem que nos conectemos com nossa genericidade e faz-nos esquecer que somos humanos.

Todos os dias a barbárie se apresenta em ao menos uma de suas faces, é no aniversário do supermercado em que nos digladiamos para conseguir comprar mercadorias a preços menores, é no assédio, no estupro, no racismo, no feminicídio, na violência doméstica, na intolerância religiosa, na criminalização da pobreza, no encarceramento e extermínio da população negra, no fascismo, na LGBTTFobia, no irracionalismo e na desumanização.

Contudo, a barbárie cotidiana nem sempre se traveste de tragédia, ela se perpetua através da meritocracia, da falácia de que se você quiser muito algo, você se esforçando, vai conseguir. Ignorando os meios, as possibilidades e colocando sobre nossos ombros toda a responsabilidade pelo nosso fracasso individual.

O mundo não está doente, nós é que estamos adoecendo diante do esgotamento do capitalismo, que elevou os processos de alienação e reificação a patamares jamais vistos.

A ESS/UFRJ continua sendo uma referência na produção teórica do Serviço Social brasileiro e Sul Americano, mas é importante fazermos uma autocrítica que compreenda uma nova formulação de seu Projeto Político Pedagógico diante da conjuntura atual.

A Educação Pública é uma política social, portanto, os/as discentes são usuários/as dessa política e precisam ser considerados/as em sua totalidade, caso contrário, estaremos reproduzindo incessantemente a lógica capitalista com a perigosa roupagem da pós-modernidade.

Nenhum projeto político pedagógico deve ser superestimado a dar conta de tudo que apresentamos como desumanização, alienação e reificação, típicos da

cotidianidade, entretanto a solidificação do conhecimento sobre o desvelamento do cotidiano deve estar explicitamente contido na bibliografia base da formação do assistente social, corroborando com o que Netto (2011a) vem salientando desde 1992 em sua obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, que o horizonte do trabalho profissional do assistente social é o cotidiano.

Há que se discutir a emergência de aprofundarmos nossos estudos acerca desta temática, ou sucumbiremos aos fenômenos, aos “olhares”, enfim, às aparências, sem sermos capazes de desvelar a essência e, portanto, com as chances cada vez mais reduzidas de resistirmos ao capital.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels. Vol 1 - 2ª ed.** - São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).; **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** -Rio de Janeiro, 1996.

Disponível

em:http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf . Acesso em: 30 de maio de 2016.

_____, **Política Nacional de Estágio.** 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf . Acesso em: 27 de outubro de 2016

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** - 8ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2010a.

_____, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** - 3ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2010b.

BEHRING, Elaine. **Estágio, pesquisa e consolidação institucional.** In: *Temporalis, ano 11, número 22.* Brasília, 2011. Disponível em:

<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1728/1592> . Acesso em: 20 de março de 2017.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** - 9ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1888.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: 15 de novembro de 2016.

_____. **Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social, nº 8.662 de 1993.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm . Acesso em: 20 de junho de 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Especialistas. **Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social.** - Brasília, 1999. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf . Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social de 1993.** Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf . Acesso em: 11 de janeiro de 2016

_____. **Resolução nº. 533.** Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, 29 de setembro de 2008; Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf . Acesso em: 10 de janeiro de 2017

CHILDE, Vere Gordon. **A Evolução Cultural do Homem.**- 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade: na Prática Profissional do Assistente Social.** – 1ª. ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

ESCOLA de Serviço Social (ESS/UFRJ). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** - Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/add274_36a09e2e15f5400daaa97b8ce24eddc2.pdf . Acesso em 02 de setembro de 2016.

_____. **Programa de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ** Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1rgjOO0ivXsccNnvZwlt0CPTzDIGJzvViHpXMVvK2tO3l/edit> Acesso em: 28 de março de 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** - 4ª. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IANNI, Octavio. **A Questão Social.** In: *A ideia de Brasil Moderno.* - São Paulo: Brasiliense, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** - São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** - 35ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** - 8ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, Sérgio. **O Processo de Produção/Reprodução Social; Trabalho e Sociabilidade.** In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Módulo 2, CEAD-UNB, 1999. Disponível em: http://docplayer.com.br/403043-O-processo-de-producao-reproducao-social-trabalho-e-sociabilidade-1.html#show_full_text . Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

_____, Sérgio. **Mundo dos homens : trabalho e ser social.** - 3ª. ed. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, György. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* – organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora

da UFRJ, 2007. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/as-bases-ontologicas-do-pensamento-e-da-atividade-do-homemniep-08b.html> . Acesso em: 30 de novembro de 2016.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl: **O Capital: Crítica da economia política**. - 33ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. - 1ª. ed. - São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. **A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise Contemporânea**. In: *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*. - Módulo 1. - Brasília: CFESS/APEPSS/CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. – 5ª. ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço social**. – 8ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. - 16ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. - 1ª. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011c.

NETTO, José Paulo.; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. – 10ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. - 2ª. ed. - São Paulo: Cortez, 1997.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. **Resolução CEG nº 12/2008**. Disponível em: http://pr1.ufrj.br/images/stories/pr1/pdf/estagio/resolceg12-2008%20corrigida_normasestagio.pdf Acesso em: 28 de março de 2017.

